

1 INTRODUÇÃO

O Presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) teve como estudo o trabalho dos/as assistentes sociais que atuam no Programa Mesa Brasil SESC (PMBS) do município de Vitória/ES. O TCC tem como objetivo geral refletir sobre a prática de trabalho dos/as assistentes sociais do PMBS, bem como teve por objetivos específicos: identificar os limites e possibilidades da atuação destes profissionais, identificar quais instrumentos são utilizados no cotidiano de trabalho e descrever as atividades desenvolvidas realizadas por eles.

A referida pesquisa possibilitou uma aproximação e uma maior compreensão no que tange a prática dos assistentes sociais no Programa supracitado.

O interesse pela temática se deu a partir da inserção da acadêmica em serviço social, por meio do estágio no PMBS, que proporcionou uma aproximação com atuação do Serviço Social em uma área relativamente nova, a Segurança Alimentar e Nutricional. A inserção, enquanto acadêmica, nesse espaço institucional desenvolveu o interesse, na pesquisadora, em realizar um estudo que tivesse a possibilidade de dar visibilidade ao trabalho do Serviço Social nessa área de atuação.

No entanto, para dar início a execução da pesquisa, realizou-se levantamento junto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação (BDTD), em maio de 2015, com o tema que estivesse direcionado a prática do assistente social inserido na política de Segurança Alimentar e Nutricional.

No levantamento verificou-se que no período de 2009 a 2014 foram produzidos 31 (trinta e um) trabalhos com essa temática, sendo que a maior parte deles, totalizando 6 (seis) obras, foram produzidos pelo serviço social. Essa pesquisa possibilitou identificar, que esta temática está sendo pesquisada por outras áreas de formação como: saúde pública, que tem 5 (cinco) obras publicadas, nutrição 3 (três), entre outras, como: ciências da economia, ciências tecnológicas dos alimentos, psicologia, educação pública, desenvolvimento rural, recursos florestais, engenharia de produção, ciências ambientais e história.

A pesquisa pela temática não se limitou ao BDTD, outra pesquisa foi realizada na biblioteca da faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, nesta, foi encontrado 1 (um) Trabalho de Conclusão de Curso sobre a presente temática.

Mediante a pesquisa que foi realizada entre BDTD e a Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, nota-se que ainda são incipientes demonstrando a importância de uma pesquisa que aborde a importância da atuação do Serviço Social na Política de Segurança Alimentar e Nutricional, tendo em vista que esse direito é na maioria das vezes desconhecido pelo cidadão e/ou usuários por falta de acesso as informações relacionadas a direitos sociais.

A investigação e a produção de conhecimento no meio profissional passam a ser objeto de interesse [...] por ser indispensável, na medida em que é a partir de uma apropriação criteriosa do conhecimento produzido sobre o econômico, o político, o social e o cultural [...] que os assistentes sociais podem se construir como intelectuais/ profissionais que, ao desvendarem o movimento da realidade, tornam-se capazes de catar as possibilidades da ação presentes nesse movimento [...] (VASCONCELOS, 2009, p. 127).

Muito se discute sobre os direitos sociais, no entanto, no que tange o direito a alimentação quase não se aborda, prova disso é a pouca quantidade de estudos relacionados sobre a essa temática no âmbito de Serviço Social.

Acredita-se então que:

[...] o Serviço Social que rompa com a sua herança conservadora, a superação do debate na profissão significa fazer desse um debate que tenha como finalidade a mediação de um fazer profissional como prática pensada, consciente, na medida em que o Serviço Social é uma disciplina que aponta para respostas a demandas colocadas por sujeitos sociais, cujo objetivo principal não é produzir teoria (VASCONCELOS, 2009, p. 130).

De acordo Setubal (2012), a pesquisa é um dos desafios para o Serviço Social, pois é a dimensão que menos dispõe de recursos, também expõe o assusto trazendo informações de que o Estado, por meio de políticas concentradas, não reconhece o potencial do Serviço Social no que tange pesquisa.

Sendo assim cabe o serviço social debruçar-se, para então dar prosseguimento as suas pesquisas (IAMAMOTTO, 2004). Sempre levando em consideração que o conhecimento foi constituído cientificamente por outros estudiosos que considera o conhecimento como teoria e, sendo esta a base das ciências.

O conhecimento foi construído cientificamente sobre determinados assuntos, antes de nós, mas tais conhecimentos só existem na teoria, que é nada mais que explicação abstrata do que se realiza na prática, assim sendo a teoria conduz o

pesquisador a compreender problemas existentes, nenhuma teoria é fundada o suficiente para clarear os fatos ocorrentes da realidade, isso porque a realidade é sempre mais rica e complexa ao limitado olhar do saber. A teoria é o que administra as pesquisas, mas não deve ser considerado o único meio de pesquisa (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2012).

Na atual conjuntura da sociedade capitalista a atuação dos profissionais de Serviço Social tem se mostrado como um desafio, de modo que se torna de grande relevância investigar sobre os desafios e avanços postos ao processo de trabalho do assistente social inserido no PMB.

Para melhor compreensão do leitor o trabalho apresentado encontra-se dividido em itens, sendo assim: O Item 2.1 Trabalho na sociedade Capitalista, contextua-se sobre a história da categoria trabalho, refletindo sobre a importância dessa categoria para a vida humana. Também caracterizamos o trabalho no modo de produção capitalista, evidenciando o trabalho como mecanismo de sobrevivência, através do qual o trabalhador necessita vender sua força de trabalho para adquirir os bens de consumo necessários à (re) produção da vida humana.

Através do resgate histórico sobre a categoria trabalho, tornou-se de suma importância relatar sobre os embates entre a classe trabalhadora (nível mundial) e a classe dominante do nosso contexto histórico, a burguesia.

Já no item 2.1.1 Trabalho na sociedade capitalista no Brasil, abordou-se sobre trabalho na sociedade capitalista no Brasil, onde se explanou sobre os constantes embates entre classe trabalhadora e burguesia que foram de grande importância, pois esses fizeram com que os trabalhadores/as fossem reconhecidos (mesmo sendo esse um processo de muitas contradições) como cidadão de direitos. Desse modo, falaremos sobre as legislações que foram aprovadas através das lutas trabalhistas.

No item 2.2 Processo de trabalho do Serviço Social relata sobre o processo de trabalho dos assistentes sociais, no qual se abordou sobre a trajetória da profissão desde o primórdio da mesma até a contemporaneidade, onde se observou que a prática era totalmente voltada para a caridade bem como a religiosidade.

O estudo relata sobre a trajetória da profissão, que não se reconhecia pertencente à classe trabalhadora, por não ter compressão da divisão de classe, como também não ter conhecimento teórico da divisão das classes.

Depois no item 2.3 Direitos Segurança Alimentar adentrou-se sobre o Direito a Alimentação Adequada, que como os outros itens, também parte de um resgate histórico para melhor compreensão do debate.

Mais adiante no item 2.4, Programa Mesa Brasil do Serviço do Comércio, no qual relata sobre a função do Programa no que tange aos documentos da instituição SESC, como também na ótica dos assistentes sociais.

E no item 2.4.1 Serviços, Programas, Projetos, Desenvolvidos no SESC, esse item faz um apanhado sobre os programas e projetos desenvolvidos pelo Serviço Social do Comércio, que por sua vez foi criado pela confederação Nacional do Comércio, nos termos do Decreto Lei nº 9.853, de 1946, a partir da “ação de empresários e organização sindical” (SESC 2009, p. 5), e regulamentado pelo Decreto Lei nº 61.836, de 1967 (SESC, 2009).

O item 3 Metodologia utilizados para a realização da pesquisa, a mesma caracterizou-se como pesquisa bibliográfica que possui finalidades de distinguir as várias contribuições acerca de um tema específico (FERRÃO, 2003). O trabalho também possui pesquisa do tipo de campo¹, qualitativa², descritiva³.

Ainda como metodologia a pesquisa teve a participação de 2 (dois) assistentes sociais que subsidiaram o estudo com a relente entrevista que os mesmos concederam individualmente a pesquisadora, para a realização deste trabalho utilizou-se de manuais da instituição (SESC) bem como manual de funções.

No item 4 Resultado e Discussão da Pesquisa, abordou-se sobre o resultado e discussão da pesquisa.

E por fim o item 5 Considerações finais, que traz as conclusões do pesquisador a cerca do Trabalho.

¹ Exige que o pesquisador realize a pesquisa (MINAYO, 2006).

² Trata-se de um estudo empírico, porém com fundamentação teórica (MINAYO, 2006).

³ Entende-se que são aquelas capazes de ir além das aparências (GIL, 2009).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA

Segundo afirmação de Netto e Braz (2006), através do trabalho é possível à produção da “riqueza social”, sendo assim, através do trabalho é provável entender o desenvolvimento do ser humano.

Assim,

[...] o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza (MARX, 2003, p. 211).

Por meio da interação homem/natureza, é possível transformar a matéria prima, em objetos que possam atender as necessidades humanas. Essas transformações são alcançadas através de atividades que se nomeia trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Para Marx (2003), o trabalho implica exclusivamente para o ser humano, por considerar que é algo que vai para além da produção de valores, nota-se que através do trabalho o homem vai se constituindo em um ser social. O homem possui capacidade teleológica, de pensar e planejar, antes mesmo da execução de qualquer tipo de trabalho. Marx (2003) diz que,

[...] Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações exclusivamente à do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na sua mente sua construção de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera: ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 2003, p. 211-212).

De acordo com Marx (2003), o homem também se transforma, quando atua sobre a natureza, “[...] atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a ao mesmo tempo modifica sua própria natureza [...]” (MARX, 2003 p. 211). Dessa forma

entende-se que a transformação do homem ocorreu devido ao trabalho, ao longo de um larguíssimo decurso temporal.

Além disso, Netto e Braz (2006) dizem que,

[...] o trabalho não atende a um elenco limitado e praticamente invariável de necessidades, nem as satisfaz sob formas fixas; se é verdade que há um conjunto de necessidades que sempre deve ser atendido (alimentação, proteção contra interpéries, reprodução biológicas etc.), as formas desse atendimento variam muitíssimo, e sobre tudo implicam o desenvolvimento, que quase sem limites, de *novas necessidades* (NETTO, BRAZ, 2006, p.30-31 grifo do autor).

De acordo Marx (2003), os elementos componentes do processo de trabalho são: 1) atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; e 3) os meios de trabalho, o instrumento de trabalho.

Quanto ao objeto de trabalho, toda matéria prima é objeto, no entanto não é todo objeto que é matéria prima. Entende-se que o objeto de trabalho se transforma em matéria prima, depois de alterações feitas pelo trabalho. No que se refere ao meio de trabalho, compreende-se que, é o responsável em articular a atividade com o objeto MARX (2003).

Dessa forma,

O trabalho implica, pois, um movimento indissociável em dois planos: num plano *subjetivo* (pois a prefiguração se processa no âmbito do sujeito) e um plano *objetivo* (que resulta na transformação material da natureza); assim, a realização do trabalho constitui uma **objetivação** do sujeito que a efetua (NETTO; BRAZ, 2006, p. 32, grifo do autor).

Percebe-se que o trabalho é a categoria fundamental do processo de humanização, na medida em que “[...] fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico)⁴ : o ser social [...]” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 34).

O trabalho estabelece parte das relações de produção do ser social, o que não significa a totalidade. Na medida em que se desenvolve o ser social, suas objetivações vão se tornando mais complexas. De acordo com Barroco (2009), as objetivações vão se tornando mais refinadas ao ponto de ultrapassar o universo do trabalho o que inclui a “[...] arte, filosofia, as praticas educativas, religiosas e políticas [...]” (BARROCO, 2009, p. 28-29).

⁴ Netto e Braz (2006) assim definem: natureza inorgânica como seres que não dispõem de propriedade de se reproduzir e natureza orgânica como aqueles que possuem essa propriedade. Nas palavras dos autores, a distinção entre os níveis não significa [...] a existência de uma dupla natureza – de fato, a natureza é uma unidade, articulando seus diferentes níveis numa totalidade complexa (Netto e Braz, 2010 p. 35).

Os produtos e obras resultantes da práxis⁵ podem objetivar-se *materialmente e/ou idealmente*: no caso do trabalho, sua objetivação é necessariamente algo material; mas há objetivações (por exemplo, valores éticos) que se realizam sem alterar transformações numa estrutura material qualquer (NETTO; BRAZ, 2006, p. 44 grifo do autor).

Faz-se inerente compreender que a sociedade desenvolveu períodos históricos de formações econômicas sociais diferenciadas e com diferentes formas de organização do trabalho, como por exemplo, a acumulação primitiva o escravismo, o feudalismo, e por fim o modo de produção⁶ capitalista que inicia e se desenvolve a partir do feudalismo com o acúmulo de mercadorias produzidas, ocasionando, portanto, o distanciamento entre o homem, os meios, e o resultado do processo de trabalho (BARROCO, 2009).

Sobre o regime social denominado como comunidade primitiva, vale destacar que este tinha por características fundamentais o nomadismo, a alimentação através da caça, da pesca e da coleta de vegetais, além da ausência da propriedade privada e da divisão dos bens. Durante este período, destacou-se como principal transformação da ação do homem sobre a natureza. Importante destacar que neste período histórico as produções de bens ultrapassavam as necessidades imediatas da sobrevivência humana instaurando-se então, o excedente econômico, além da domesticação de animais e surgimento da agricultura, que representou um aprimoramento de técnicas e aperfeiçoamento do processo de trabalho humano. Neste período histórico ocorre a divisão social do trabalho Netto e Braz (2006).

Já o escravismo surge como uma nova ordem oriunda de relações sociais, onde foi possível observar a probabilidade de um homem produzir mais do que consome, sendo então compensador escravizá-lo. Nesse período as relações sociais entre escravos livres e os proprietários de terra se complexificam, à medida que o dinheiro surge como uma novidade de troca, usada por comerciantes. Segundo Netto e Braz (2006) os comerciantes formam um novo grupo social no interior da sociedade escravista. Esse mesmo período histórico surge à propriedade privada, a produção mercantil e a insatisfação da exploração do homem pelo homem iniciando a partir disso a divisão de uma classe pela outra.

⁵ A práxis econômica ou trabalho é o modelo de todas as formas de práxis. É a “ação do homem sobre a matéria e criação –através dela- de nova realidade humanizada” (VALQUEZ, 1977, p.245).

⁶ Entende-se por modo de produção a articulação entre forças produtivas e relações de produção (NETTO; BRAZ, 2010, p. 60).

A sociedade feudal era caracterizada pelos feudos, onde a base econômica era a submissão dos servos aos senhores feudais, que obedecia mais uma vez à divisão de classes, de um lado, os produtores diretos, o do outro os proprietários de terra. Nesse momento histórico mantinha-se fundamentalmente a economia agrária, para produção troca centrada.

O trabalho artesanal longo ganhou destaque principalmente após as cruzadas, através do destaque iniciou-se com a nova estrutura social, os artesãos aos poucos foram se organizando em grupos. Os comerciantes buscavam construir mecanismos associativos (as ligas). O novo processo trouxe novas atividades comerciais, que proporcionou um destaque consequencial às bases feudais, abrindo porém a crise feudal com longo período de transição que ficou marcado como Antigo Regime.

NETTO E BRAZ (2006).

Dessa forma,

[...] o feudalismo imerso em graves crises, de um lado decorrentes da intensa difusão das transações monetárias em seu interior e de outro da desintegração da estrutura feudal em função do amadurecimento de suas próprias contradições internas. Com o desenvolvimento do capitalismo mercantil, sobretudo a partir da primeira metade do século XV, as relações de produção no campo são invadidas pela variável comercial, as trocas se tornam cada vez mais complexas, pois passam a ter como objetivo a acumulação da riqueza e o lucro. A separação entre os camponeses e a terra, entre o produtor e os meios de produção, vai infiltrando-se sorrateiramente, fazendo-se acompanhar de seu habitual corolário, a divisão social do trabalho. [...] Aquela economia natural da sociedade medieval entra em compasso de descaracterização progressiva, sendo aceleradamente substituída por novas formas de troca, que acentuam a separação entre proprietário e o produtor (MARTINELLI, 2010, p. 31).

Se configurando, assim, o modo de produção capitalista. O capitalismo foi se desenvolvendo historicamente, entre as relações de classe trabalhadora com a classe burguesa⁷. O capitalismo então se expande, pautado pela propriedade privada dos meios de produção e pela obtenção de lucros.

Dessa forma, em todo o período histórico existiu a divisão de classes, exceto no início da sociedade primitiva como aqui já foi citado anteriormente. Marx e Engels (2003) supõem que no sistema feudal a produção da manufatura era realizada em

⁷ Por classe burguesa entende-se a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado (NETTO; BRAZ, 2010).

grandes fábricas fechadas, enquanto o mercado industrial crescia rapidamente afetando diretamente as pequenas fábricas que desenvolvia um trabalho manual.

Com o grande desenvolvimento industrial, os trabalhadores foram substituídos e automaticamente afastados do trabalho manual, o que favorecia a classe burguesa, tendo em vista que a produção aumentava de forma avassaladora.

Na metade do século XVI, na Europa Ocidental, especificamente na Inglaterra, consolida-se o capitalismo, em sua fase mercantil, “[...] produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político, parâmetros dessas concepções e pelos objetivos da burguesia [...]” (MARTINELLI, 2010, p. 33), caracterizando um processo de acumulação primitiva que resultou na força de trabalho assalariada.

No que tange o processo, da Revolução Francesa (1789) esse teve um papel de grande relevância por representar a solidificação política do capitalismo, uma vez que viabilizou definitivamente a derrocada do antigo regime (feudalismo) e a ascensão da sociedade burguesa por meio do desenvolvimento do sistema capitalista.

A partir deste contexto, a burguesia assume a direção econômica, política da nova sociedade.

Assim,

Colocando a seu serviço aqueles “órgãos onipotentes” de que falava Marx (o exército, a polícia, a burocracia), a nova classe dominante articulou a superestrutura necessária para o desenvolvimento das novas forças produtivas de que o seu ascenso era o inequívoco indicador: criam-se as melhores condições para a concretização histórica do modo de produção que tem como uma de suas classes fundamentais a burguesia – trata-se do modo de produção capitalista, gestado no ventre do feudalismo e no interior do qual a produção generalizada de mercadorias ocupa o centro da vida econômica (NETTO; BRAZ, 2010, p. 75).

Entende-se então que o capitalismo não ficou caracterizado somente pelas relações econômicas entre trocas de mercadorias e geração de lucro, mas pela divisão de classes a partir dos meios de produção e da venda da força de trabalho.

Desse modo, o trabalhador vende sua força de trabalho em troca de salário. Para o trabalhador não resta outra saída a não ser a venda de força de trabalho, porém, o trabalhador não se apropria de todo o seu trabalho, pois, a riqueza produzida passa a ser transferida para a classe que o emprega, os capitalistas. Entende-se que o trabalhador, no modo de produção capitalista não produz só para sua subsistência, a

produção de seu trabalho vai para além das necessidades diária do ser humano, ou seja, o trabalho excedente fica detido para o capital (MARX, 2003).

Portanto,

Ser capitalista significa ocupar não somente uma posição pessoal na produção, mas também a posição social. O capital é um produto coletivo e só pode ser posto em movimento pelos esforços combinados de muitos membros da sociedade ou em última instância, pelos esforços combinados de todos os seus membros.

O capital é, portanto uma força social e não pessoal. Portanto, quando se converte o capital em propriedade comum, em propriedade de todos os membros da sociedade, não é a propriedade pessoal que se transforma em social. Muda-se apenas o caráter social da propriedade, que perde sua vinculação de classes (MARX; ENGELS, 2003, p. 36).

Segundo Marx e Engels (2003) conjecturou uma relação em que o trabalhador recebesse apenas parte de sua jornada de trabalho, ou seja, um recebimento parcial da venda de sua força de trabalho. Simplesmente o suficiente para manter a sua força de trabalho e de sua família. A outra parte seria o trabalho excedente mais valia.

Com o trabalho excedente através da mais valia, (parte da força de trabalho que não é paga para o trabalhador) no passar dos anos as fábricas se desenvolveram aceleradamente. Através do grande acréscimo da produção reunida nas unidades fabris, os trabalhadores se aglomeraram próximos às fábricas, o que impunha um novo contexto social que acarretou em ampliação das áreas urbanas em volta das fábricas.

Neste período, surge o Estado para desenvolver legislações trabalhistas com vista a privilegiar a classe burguesa com a exploração aos trabalhadores. Uma das explorações era a extensa jornada de trabalho e o comando dos salários pagos aos trabalhadores. Nesse sentido, percebe-se que o Estado na sociedade capitalista surge para atender e favorecer os interesses burgueses, preservando a classe trabalhadora em condições mínimas de sobrevivência. Portanto, o que restava aos trabalhadores era renderem-se as estratégias do capitalismo (MARTINELLI, 2010).

Segundo Martinelli (2010), as primeiras formas de oposição dos trabalhadores se deram através da destruição de máquinas, por compreender que os meios de trabalho que causavam a exploração do trabalhador, não tendo eles compreensão que a exploração era oriunda da classe burguesa.

Tais reivindicações iniciaram-se no século XIX, principalmente na Inglaterra, onde o capitalismo começa a apresentar uma depressão, iniciando um período de catástrofe marcado por guerras mundiais. Entretanto, após a primeira guerra mundial a produção capitalista concentra-se nos Estados Unidos, que por sua vez era o único país que apresentava condições políticas econômicas para oferecer ajuda a Europa. Nesta época a Europa foi prejudicada pela guerra, o que ficou marcado pelo desemprego em massa causado pela queda da produção.

Naquele contexto, a produtividade nas fábricas desacelera, fazendo com que as taxas de lucro caíssem, com isso, o desemprego só vai crescendo. A crise foi superada da em 1932, o que proporcionou novas contratações de mão de obra, Nesse momento histórico é inserido o Keynesianismo⁸ coligado ao sistema fordista.

Assim, o período pós-guerra se desenvolveu expandindo-se ao longo dos anos, caracterizando a intervenção estatal no capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Entende-se que o Keynesianismo subsidiou a geração de emprego, e com isso expandiu o consumo através da classe trabalhadora. Percebe-se também que a união entre Estado e mercado favorecia o bem estar social.

A política Keynesiana tinha como objetivo crescimento do mercado produtor e consumidor. Assim favorecendo a classe trabalhadora no que tange bens e serviços oferecidos pelo Estado e mercado (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Assim, em 1945, o Keynesianismo adota o modelo fordista, o que proporcionou altas taxas de lucro. Com a produção acelerada, o consumo em alta, o que favorecia o trabalhador e principalmente o capital, o fordismo logo pensa em uma nova forma de trabalho, que possa controlar o tempo gasto de cada trabalhador na produção, tendo como base o movimento Taylor⁹. Dessa forma, tendo total controle na realização da atividade de cada trabalhador, esse modo de trabalho proporcionou uma grande ampliação de fabricação, bem como padronizou o trabalho entre máquina e homem (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Desse modo, Keynesianismo e o fordismo se expandiram tomando grandes proporções no mundo do trabalho e, ficaram conhecidos como os fundadores do

⁸ Keynesianismo teoria econômica que se iniciou no século XX. (ANTUNES, 2000)

⁹ Winslow Taylor, o pai da administração científico-empresarial (GRAMSCI, 2008).

welfare state onde se tornou possível políticas como: previdência, habitação, saúde educação entre outras.

Através do crescimento do capitalismo e o aumento da exploração da força de trabalho e a ausência de direitos sociais, os trabalhadores se sentiram estimulados a se organizarem como classe, para lutar por direitos como, por exemplo, ter direito a formação de uma associação¹⁰ greves, redução de jornada de trabalho entre outros.

Os trabalhadores então, motivados pelas questões sindicais continuavam a reivindicar melhores condições de trabalho e subsistência, travando assim grandes e árduas lutas com o Estado burguês. Todavia o Estado se sentia obrigado a criar estratégias para controlar o movimento dos trabalhadores, que estava totalmente permeado pela generalização da miséria da classe trabalhadora.

Portanto,

[...] de acordo com a moral burguesa, era preciso, ao contrário, generalizar a imagem do capitalismo como um regime irreversível, como uma ordem social justa e adequada, enfim, como um ponto terminal da história da humanidade. [...] Para tanto, tornava-se indispensável recorrer a estratégias mais eficazes de controle social, capazes de conter o vigor das manifestações operárias e a acelerada disseminação da pobreza e do conjunto de problemas a ela associados (MARTINELLI, 2010, p. 61).

Desse modo, a pré-sociedade capitalista adota algumas responsabilidades sociais tendo, algumas iniciativas precisas que consistiam em liberdade pessoal e à vida digna direito a igualdade e assistência quando necessária, esses direitos foram anunciados no período da Revolução Francesa (MARTINELLI, 2010).

Os direitos até então, estavam pautados em legislações da época, que possuía iniciativas pontuais com políticas sociais fortemente seletivas e restritas aos trabalhadores que desempenhassem o trabalho. Em caso adverso, os trabalhadores não podiam se acessar aos limitados serviços ofertados pelo Estado, esses se resumiam em alimentação local para descanso noturno. Na época conhecida como “casa do trabalhador”.

Segundo Behring e Boschetti (2006), na visão de Polayni (2000), as legislações da época tinham como foco a obrigatoriedade do trabalho e as ações sociais eram para manter o trabalhador a mercê do benefício recebido.

¹⁰ (Ver MARTINELLI, 2010 p. 45-46).

Tais legislações eram estabelecidas como um dever moral e religioso, logo não se sustentava como direitos. Porém a principal função das legislações era manter a organização tradicional do trabalho (BEHRING; BOSCHETT, 2010).

2.1.1 Trabalho na sociedade capitalista no Brasil

Já no Brasil o processo de colonização colaborou com o atraso referente aos países centrais tendo em vista que nos séculos XVI e XVII, os demais países já se encontravam em processo de acumulação de capital. A economia do Brasil nesta época era basicamente voltada para fora do país, sem grandes evoluções, e toda força de trabalho era realizada pelo escravo.

Isso por que,

[...] não fomos o berço da Revolução Industrial e as relações sociais tipicamente capitalistas desenvolveram-se aqui de forma bem diferente dos países de capitalismo central, ainda que mantendo suas características essenciais (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 71).

Nesta conjuntura os burgueses começam a se prevenir, isso porque eles já sentiam enfraquecimento do poder que tinham sobre os escravos. Sendo assim os burgueses criam meios para elevar o poder da classe no Brasil. E mesmo não tendo movimento operário no país, a classe burguesa já se preparava para reprimir a questão social, tendo em vista o fim do trabalho escravo.

O Brasil, porém, com trabalho escravo diferente de todo contexto Europeu impactou com o nascimento do trabalho “livre”. Nesse momento histórico o país passava por mudanças relacionadas à organização do trabalho. O país estava transitando da força de trabalho escrava para a força de trabalho “livre”, porém os ex-escravos tiveram muitas dificuldades para se inserirem no recém-mercado de trabalho.

Isso porque,

[...] em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima de mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 77 apud FERNANDES, 1987, p. 193).

Segundo Behring; Boschett (2010) o século XX inicia com as primeiras manifestações por parte da classe trabalhadora, este período também foi marcado

pelas primeiras formações de sindicatos, inicialmente no âmbito rural e posteriormente sindicatos urbanos, o que gerou reconhecimento do direito a organização Sindical.

E de acordo com Behring e Boschetti (2010, p. 81).

[...] nosso liberalismo à brasileira não comportava a questão dos direitos sociais, que foram incorporados sob pressão dos trabalhadores e com fortes dificuldades para sua implementação e garantia efetiva.

No Brasil através do governo Vargas, tornou-se possível regulamentar lutas advindas da classe trabalhadora. O governo buscava transformar as lutas em colaboração de classes, e conduzia essa colaboração para a formação do Estado Social, introduzindo a política social no Brasil.

Uma das primeiras regulamentações do Estado Social aconteceu na década de 1930. De início foi criado o auxílio acidente para o trabalhador, em seguida foram criados auxílio maternidade, família e o seguro desemprego. Vale ressaltar que só os trabalhadores estavam assegurados.

Na mesma década foi criado o Ministério do Trabalho, a carteira de trabalho, todos os benefícios criados nessa década foram atribuídos ao Estado Social, que possuía natureza fragmentada e totalmente afastada da concepção universalizada (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Na mesma década o Sistema Público de Previdência iniciou com os Institutos de Aposentadoria e Pensões os (IAPIs), que assegurava aos trabalhadores com auxílio de velhice, invalidez e morte. Esses benefícios faziam parte da lógica contributiva. Os IAPIs, além dos benefícios, ofereciam diversos serviços que variavam de acordo com a contribuição mensal do trabalhador, empregador e do Estado.

Sendo Assim,

[...] possuíam uma orientação *contencionista*, diga-se que estavam menos preocupados com a prestação de serviço e mais com a acumulação de reservas financeiras. Deste modo o governo Vargas já existia uma pauta de uniformização da Previdência Social, aprovada apenas em 1960. [...] esse período é marcado pelo desenvolvimento de uma gestão estatal da força de trabalho, que inclui as políticas sociais e que incidia sobre “a organização do mercado de trabalho, a reprodução ampliada de força de trabalho e a regulamentação de normas de produção e de consumo” [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 107).

Ainda na década de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Sendo que a saúde ficou dividida em duas estruturas, sendo uma por via pública e outra

previdenciária (IAPIs) contributiva. Nesse período de introdução do Estado social, constitui-se o desfecho da Constituição de 1937, que reconheceu a classe trabalhadora e através disso foi possível a Consolidação das Leis Trabalhistas a CLT.

Por meio da CLT foi possível reconhecer os direitos trabalhistas mesmo sendo de uma forma fragmentada, e ficou caracterizada como:

[...] “cidadania regulamentada”. Embora essa característica seja corretamente referida e aceita na leitura sobre política social no Brasil, ela não passa de críticas, uma vez que não a cidadania sem regulação, e tal caracterização parece pressupor essa possibilidade histórica, contradizendo a formulação marshalliana e o próprio processo histórico de construção de direitos (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 108).

Através da CLT, o Estado passa reconhecer a classe trabalhadora, e essa estava fortemente associada ao sindicato e ao Ministério do Trabalho. Porém toda essa trajetória fica marcada logo depois pela seletividade e grande fragmentação social, que ganhou força no período ditatório.

Os seguintes anos foram de grande oscilação econômica e política, o Brasil tornou-se um país industrializado e urbanizado, o governo não estava conseguindo lidar com o desenvolvimento tendo em vista que a vocação do país era agrária. Partindo disso as reivindicações trabalhistas aumentavam progressivamente, o que levou a aprovação da Constituição de 1946.

Dessa forma, a

Constituição de 1946 foi uma das mais democráticas do país, chegando a retirar Partido Comunista da ilegalidade. O período 1946-1964 foi marcado por uma forte disputa de projetos e pela intensificação da luta de classes (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 109).

Nesse período de disputa política as políticas sociais ficaram praticamente paradas tanto que,

[...] Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS) e da previdência rural, só foram aprovadas no Congresso em 1960 e 1963, respectivamente. A instabilidade institucional do período – da qual o suicídio de Vargas 1954. [...] Assim esse período ficou marcado pela expansão lenta dos direitos, que se mantiveram ainda no formato corporativista e fragmentado da era Vargas (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 109).

Cabe destacar que, no período da ditadura militar, as políticas sociais se expandiram de forma conservadora, lenta e singular. A ditadura militar renovou as relações sociais capitalistas no Brasil. A questão social no país passou a encarar uma repressão assistencial (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Ainda de acordo com a autora a formação dos direitos sociais no Brasil se tornou possível devido o embate entre as classes sociais, de um lado os trabalhadores reivindicavam por direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, e do outro as forças predominantes restringiam os direitos políticos e civis.

Segundo Faleiros (2000), citado por Behring e Boschetti (2010) o período de ditadura militar a política social ficou caracterizada como perda de liberdade democrática, um período que aconteceu muita tortura, prisão, bem como a centralização da previdência social, do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). E ainda em 1966 foi retirada dos trabalhadores a gestão de previdência social.

Já em 1971 a previdência é ampliada para empregadas domésticas jogadores de futebol e pessoas autônomas entre outros¹¹.

Durante todo o período ditatorial, havia muitas restrições para acessar as políticas públicas. Porém mesmo com tantas restrições nesse período foi aberto espaço para acessar as políticas da saúde, previdência e educação com sistema duplo. A partir disso, viabilizou-se o acesso para quem pudesse, e para quem não pudesse pagar por essas, portanto, essa foi a

[...] herança do regime militar para a política social e que nos aproxima mais do sistema norte-americano de proteção social que do *Welfare State* europeu. Outra herança é a de que, mesmo com uma ampliação dos acessos públicos e privados, milhões de pessoas permaneciam fora do *complexo assistencial-industrial-tecnocrático-militar* (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 137 apud FALEIROS 2000).

Assim, os anos seguintes, são caracterizados de muitas lutas, e o volume de demandas causadas pelo aprofundamento das políticas sociais alargavam de forma avassaladora. Todo o empobrecimento coletivo nos países da América Latina, oriundo de um empréstimo¹². E no Brasil, o empobrecimento afetou diretamente os serviços sociais e as políticas públicas, o que atinge diretamente a classe trabalhadora. A cerca disso os trabalhadores iniciam as diversas reivindicações que giravam em torno da ampliação dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2010). As reivindicações advindas dos trabalhadores estavam relacionadas em um Estado democrático de direitos, tais reivindicações trouxeram uma,

¹¹ Ver (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 136 e 137).

¹² Ver (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.139).

[...] tarefa designada para o Congresso constituinte e não para Assembléia Nacional livre e soberana, como era a reivindicação do movimento dos trabalhadores e dos movimentos sociais [...] Esse movimento operário e popular novo era um ingrediente político decisivo da história recente do país, que ultrapassou o controle das elites. Sua presença e sua ação interfeririam na agenda política ao longo dos anos 80 e pautaram alguns eixos na Constituinte, a exemplo de: reafirmação da liberdade democrática; impugnação da desigualdade descomunal e afirmação dos direitos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p. 141).

Dessa maneira, a Constituinte Federal de 1988 sobreveio mediada por um método duro de mobilizações de preferências mais específicas caracterizando campos definidos de forças. Todavia o texto Constitucional privilegiava campos das políticas sociais como direitos sociais, direitos humanos e políticos.

Porém, nessa mesma década já havia especulações para uma nova mudança Estatal, a mudança se concretizou no início da década de 1990, com a chegada de uma nova política, a do Estado Neoliberal.

A perspectiva neoliberal tende a romper todas as políticas sociais conquistadas e adquiridas pelos trabalhadores ao longo dos anos. Porém, para legitimar esta estratégia o capital estimulou a ideologia neoliberal, que nada mais que uma ideologia extremamente conservadora oriunda e acobertada desde os anos 1940 pelo economista austríaco F. Hayek¹³.

A ideologia neoliberal foi fortemente generalizada pelos meios de comunicação social no início dos anos 1980, e possuía um caráter de senso comum entre a criadagem do capital, (jornalistas, engenheiros, administradores entre outros).

Portanto, a ideologia Neoliberal preconiza o capital, tendo como alvo o Estado. Assim a mesma apresentou uma reforma estatal para o Estado, em suma foi,

[...] o que vem sendo conduzido pelo grande capital, é um gigantesco **processo de contra-reforma (s)**, destinado à sua pressão ou redução de direitos e garantias sociais (NETTO; BRAZ, 2010, p 227 grifos do autor).

Dessa forma entende-se que o neoliberalismo não foi à fragmentação do Estado e sim a redução das funções estatais. Portanto ao divulgar a necessidade de um Estado mínimo leia-se “[...] **Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital**” (NETTO; BRAZ, 2010, p 227 grifo do autor).

Dessa maneira, a década de 1990 no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), o Estado passou por reformas que enfatizou exclusivamente as privatizações

¹³ Ver (NETTO; BRAZ, 2010, p. 226).

e a previdência social. Dessa forma desconsiderando as conquistas adquiridas em 1988, com a Constituição Federal.

2.2 PRÁTICA DO TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL

A burguesia se alia com o Estado e a Igreja para formular estratégias com o interesse de coibir as manifestações da classe trabalhadora e abafar suas expressões políticas e sociais. Essa união se inicia na Inglaterra em 1869, tal união ficou conhecida como Sociedade de Organização da Caridade, iniciando, portanto, “[...] cenário histórico os primeiros assistentes sociais como agentes executor da prática assistência social [...]” (MARTINELLI, 2010, p. 66).

Assim, se inicia o serviço social na Europa, atendendo diretamente aos interesses da classe burgueses.

Assim,

As condições peculiares determinam o seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para, juntamente com muitas outras ilusões por ele criadas, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica. [...] fetichizando misticamente como uma prática a serviço da classe trabalhadora, o serviço social era, pois na verdade um importante instrumento da burguesia, que tratou de imediato de consolidar sua identidade atribuída, afastando-se da trama das relações sociais, do espaço social mais amplo da luta de classes e das contradições que as engendram e são por ela engendradas (MARTINELLI, 2010, p. 66-67).

Na Inglaterra no do século final XIX, em aliança a classe burguesa, Estado e Igreja se unem para formular o início da Sociedade de Organização da Caridade que a partir disso, tem-se uma nova racionalização da prática da assistência como estratégia que se apoiava no amedrontamento, coerção e penalidade da classe trabalhadora.

Neste contexto, a função da Sociedade de Organização da Caridade era a de “[...] racionalizar a assistência e reorganizá-la em bases científicas [...]” (MARTINELLI, 2010, p. 100). Ao longo do desenvolvimento da prática da assistência, e diante das condições insalubres de sobrevivência do operariado, a questão da higiene e saúde foi incorporada à atuação dos agentes sociais.

Além disso, o contato direto com a família do trabalhador era uma prática assistencial valorizada na época através de visitas domiciliares. Tendo como objetivo a reforma de caráter do indivíduo, obter conhecimento de suas condições de moradia e saúde.

Portanto, nos finais do século XIX, as Sociedades de Organização da Caridade lidaram com processo de ampliação, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, e junto dela a preocupação com a qualificação dos ainda nomeados agentes sociais. A vista disso, tal preocupação culminou na origem das escolas de Serviço Social, sendo a primeira delas a escola para Ensino de Filantropia Aplicada, tendo como precursora Mary Richmond, em Nova York (Estados Unidos, 1899) (MARTINELLI, 2010).

De acordo com a autora o serviço social expandiu com a criação de novas escolas, em diferentes países como na Inglaterra e na Alemanha em 1908, na França em 1911, e logo em seguida na América Latina em 1925. Com grande expansão das escolas o serviço social começa ocupar novos espaços, como setores públicos e escolas, mas ainda predominava os interesses da burguesia e da igreja católica uma prática altamente conservadora.

A influência da igreja católica nas ações do Serviço social era bastante visível, principalmente na Europa, onde se primava pela relação entre igreja e doutrina, diferentemente dos Estados Unidos que se tornavam cada vez mais autônomos.

Para Yazbek (2009) para entender o início do serviço social quanto profissão é importante;

[...] situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente, no âmbito das respostas que esta sociedade e o Estado constroem, frente à “questão social” e as suas manifestações, em múltiplas dimensões. Essas dimensões constituem a sociabilidade humana e estão presentes no cotidiano da prática profissional, condicionando-a e atribuindo-lhe características particulares (YAZBEK, 2009, p. 3).

Segundo a autora o serviço social possui um duplo papel, exatamente por estar entre os interesses do capital e as demandas advindas da classe trabalhadora. Portanto, essa divisão não pode ser eliminada do seu trabalho tendo em vista que,

Trata-se de;

[...] um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma

forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social (YAZBEK, 2009, p. 6).

No Brasil, o Serviço Social institucionaliza-se enquanto profissão como estratégia, onde Estado, empresariado e a Igreja Católica, tinham a visão voltada para o enfretamento da questão social.

A questão social é entendida como conflito entre capital e trabalho, que gera desigualdades sociais, como miséria, pobreza, fome, entre outras, sendo estas as expressões da questão social. De acordo com Iamamoto (2009, p. 31) expressão da questão social, “é mais que do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do ser humano, resultante de indiferenças frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes”.

A prática do serviço social no Brasil se inicia, assim, frente à questão social, porém extremamente limitada e possuindo cunho assistencial. Em 1932 é fundado o Centro de Estudo e Ação Social de São Paulo (CEAS), que tinha como objetivo formar seus membros (moças), com estudos fundamentados por doutrina da igreja, para que seus membros tivessem um bom desempenho nos trabalhos sociais (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2013).

Já em 1935 é criada a Lei n. 2.497 de 24.12.1935, - Departamento de Assistência Social do Estado, sendo vista como a primeira ação desse gênero no país. Essa, porém, competia em ações como serviços assistenciais, realizações de programas acordados entre entidades de caridades privadas entre outras. Vale ressaltar que a maioria dos artigos da lei estava voltada para a assistência ao menor, e apenas um dos artigos destacava a assistência do trabalhador (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2013).

Segundo Iamamoto e Carvalho (2013), em 1938, foi estruturado no âmbito federal o (Decreto – lei n. 525 de 1.7.38) sob vigor do Estado que originou a organização do Serviço Social¹⁴ possuindo um trabalho com modelo de serviço público e que abrangesse os níveis nacionais, estaduais, e municipais.

A partir da década de 1940 o Estado cria uma ação no campo social, com vista na ampliação da ação do assistente social no âmbito do poder público e privado; nesse

¹⁴ O Serviço Social terá atribuições definidas em utilização das obras sustentadas independente de ser poder publico ou privado (IAMAMOTTO, 2010, p. 264).

momento histórico o Estado desenvolve as grandes Instituições Sociais. Porém, as atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais permaneciam limitadas. As principais atuações estavam voltadas para a educação popular, organização da assistência, pesquisas social, moral entre outras.

Assim, em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem industrial (SENAI), que vinha para estruturar e controlar nacionalmente os ensinamentos que eram totalmente voltados para a indústria. A instituição surge a partir de uma lei federal que,

[...] atribui uma entidade de classes, Confederação Nacional da Indústria, a função de geri-la. Será um grande empreendimento de qualificação de força de trabalho- especialmente a juvenil- que rapidamente incorporará o Serviço Social em seu esquema de atuação. [...] o Serviço Social não apenas enquanto *serviços assistenciais corporificados*, mas enquanto “processos postos em prática para obtenção de fins determinados [...]” (IAMAMOTTO; CAVALHO. 2013, p. 275).

Logo depois, em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI) é regularizado através do Decreto Lei n. 9.403 de 25.06.46. A lei apresentava a certificação dos contratemplos advindos da segunda guerra mundial, partindo disso, Iamamoto e Carvalho, (2013) diz que,

[...] partem da constatação das dificuldades do pós-guerra a da premissa do dever do Estado em concorrer não só diretamente como incentivar e estimular a cooperação das classes em iniciativas tendentes a promover o bem-estar além da Confederação Nacional da Indústria dispõe-se a recursos próprios, proporcionar assistência social e melhores condições de habitação, nutrição, higiene ao operariado e dessa forma, desenvolver o esforço de solidariedade entre empregados e empregadores. Com essa iniciativa, incentivando o espírito de justiça social, “muito concorrera para destruir, em nosso meio, os elementos propícios à germinação de influências dissolvente e prejudicial aos interesses da coletividade” (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2013, p. 283).

Entende-se então que as novas instituições, (SENAI E SESI) ficaram com a responsabilidade voltada para a execução de medidas que venham promover o bem-estar do trabalhador. Desse modo, o Estado institucionaliza (transfere a responsabilidade) para ação burguesa industrial.

Tendo em vista,

[...] a experiência pioneira do SENAI, o surgimento do Serviço Social da Indústria faz parte da evolução da posição do empresariado relativamente da “questão social”, que se aprofunda no pós-guerra (IAMAMOTTO; CARVALHO, 2013, p. 283).

Mesmo com os novos campos de atuação dos assistentes sociais, a profissão ainda estava fortemente ligada aos interesses da igreja católica e da classe burguesa. Os

assistentes sociais continuavam lutando por ampliações no modo de trabalho realizado por eles.

Os profissionais então se reuniram na chamada Ação Social em um Congresso de Direito Social, onde foram manifestadas as idéias de sistematizar a prática do serviço social.

A partir disso,

A caridade passa a utilizar-se de recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana. O Serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e, principalmente pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes. Isto o distingue das antigas formas de assistência (IAMAMOTTO; CARVALHO 2013, p.212).

De acordo com a autora, a década de 1940 fica registrada pela reconceituação do serviço social na América Latina, que se coloca com novos traços da profissão. A reconceituação possibilitou reconhecer que o objeto de trabalho dos assistentes sociais não seria mais direcionado ao homem isoladamente e sim a situação social em que esse se encontrava o entendimento, porém não avançou muito devido nova crise que se refletia na vida social no início da década de 1960 como já foi mencionado anteriormente.

Na década de 1960 o serviço social ainda permanecia “conservador”, a categoria buscava uma conformidade nas propostas profissionais e interventivas, sem apresentar alterações políticas (NETTO, 1991).

No entanto, os ensaios de novas propostas falhavam mediante os acontecimentos da época, que possuía,

[...] taxas de crescimento, a capacidade do Estado de exercer suas funções mediadoras civilizadoras cada vez mais amplas, a absorção das novas gerações no mercado de trabalho, restrito já naquele momento pelas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, não são as mesmas, contrariando as expectativas de pleno emprego, base fundamental daquela experiência. As dívidas públicas e privadas crescem perigosamente... [...] à política social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital, onde nunca se realizou efetivamente (BEHRING; BOSCHETTI, 2010, p.103).

As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e a responsabilizar pela crise à atuação agigantada do Estado *mediador civilizador*, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais (idem grifo do autor).

Portanto, o alvo passa a ser a América Latina, o que não excluía o Brasil. A partir disso os processos ditatoriais, no qual a aristocracia internacional juntamente com o exército impedia o avanço dos movimentos sociais (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

É nesse momento histórico de mudanças sócio-político-econômicas, que as especulações e questionamentos à prática do Serviço Social, na América Latina, se iniciam, tendo em vista o fato de estar intensamente ligado ao ciclo sociopolítico latino-americano dos anos 1960 (NETTO, 2005).

Assim,

[...] a ruptura com o serviço social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformação da estrutura capitalista excludente, concentrada, exploradora (FALEIROS, 1987, p. 51).

Os assistentes sociais então se encontravam organizados para renovar a profissão, tendo a clareza da necessidade de romper com todo conservadorismo que perpetuava na profissão. Nesse momento histórico, o serviço social, depois de anos, consegue a concretização das idéias de alterar/ modificar as intervenções propostas da década de 1940 da prática profissional.

Sendo assim,

[...] seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político social. [...] todos aqueles assistentes sociais que estavam convencidos da necessidade de contribuir profissionalmente para as *mudanças* sociais requeridas para superar o quadro do subdesenvolvimento vincularam-se na luta contra o “Serviço Social tradicional” (NETTO, 2005, p. 9-10 grifo do autor).

Segundo Netto (2005), no Brasil a reconceituação sofreu exigências peculiares do projeto ditatorial, se solidificando em contorno profissional a vista dos princípios oriundos do “Seminário de Teresópolis”¹⁵ realizado no início dos anos 1970. Ainda de acordo com o autor quando a ditadura começa a demonstrar um desgaste na metade da década de 1970, é que a reconceituação aparece como crítica substancial ao tradicionalismo.

Portanto,

A passagem dos anos 70 aos anos 80, com a reativação do movimento operário-sindical e o protagonismo dos chamados *novos sujeitos sociais*,

¹⁵As décadas de 60 e 70 o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercambio de Serviço Social (CBCISS) proporcionou vários seminários com teor do Serviço Social. Documentos disponíveis em (CBCISS) (1986) (NETTO 2005).

abriu novas perspectivas para os assistentes sociais investirem fortemente em dois planos: na organização da categoria profissional e na formação acadêmica (NETTO, 2005, p. 17 grifo do autor).

Dessa forma, entende-se que todo movimento de reconceituação visava uma construção teórica e metodológica crítica, que pudesse abrir novas intervenções propositivas e legítimas. Assim, capazes de desvendar as condições sócio-históricas, em contraposição às práticas alienantes sem direção social e política.

Quanto ao Movimento de Reconceituação do Brasil e a ruptura com serviço social tradicional, Netto (2005) diz,

É precisamente este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas. É este “Serviço Social crítico” que dispõe de hegemonia na produção teórica do campo profissional (resultado do forte investimento na pesquisa), desfruta de audiência acadêmica nacional e internacional e goza de respeitabilidade pública, inclusive pela sua intervenção política. É este “Serviço Social crítico”, ele mesmo diferenciado, marcado por polêmicas e debates internos, diversificado teoricamente e ideologicamente plural que, no Brasil contemporâneo, expressa o *espírito* da Reconceituação e não há nenhum exagero em afirmar que, sem o movimento dos anos 1960/1970, tal Serviço Social não existiria (NETTO, 2005, p. 18, grifo do autor).

Desse modo Yazek (2009), afirma que com o fim da autocracia e a abertura política brasileira na década de 1980 tornou-se possível ao serviço social o desenvolvimento de potencialidades com elevações de novas propostas teórico-metodológicas, de um projeto profissional em prol dos interesses da classe trabalhadora.

Dessa maneira a teoria crítica marxista, vai fomentando e direcionando o exercício profissional do serviço social, com uma visão crítica da realidade e um novo entendimento no que tange ao processo de trabalho do assistente social. Segundo lamamoto (2004, p. 22), “[...] o Serviço Social como trabalho supõe apreender a chamada “prática profissional” profundamente condicionada pelas relações entre Estado e a Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre as classes na sociedade”.

Nesse sentido, o Serviço Social rompe com conservadorismo compreendo-se como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho. Para lamamoto (2004, p.25) “[...] o Serviço Social, como trabalho supõe privilegiar a produção e reprodução da vida social, como determinante na constituição da materialidade da subjetividade [...]” da classe trabalhadora, atuando em vários âmbitos na vida social.

Sendo assim, o processo de trabalho do assistente social, bem como qualquer outro processo de trabalho, como já abordamos anteriormente pela perspectiva marxista,

[...] implica uma matéria prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto [...] (IAMAMOTO, 2004, p. 61).

Portanto, o objeto de trabalho do serviço social é a questão social em suas múltiplas expressões; os instrumentos são para além de técnicas estendem-se para o conhecimento sobre o meio de trabalho; o produto resultante desse processo é tanto objetivo como subjetivo (IAMAMOTO, 2004). Conforme afirma autora (2004, p. 68), “[...] os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se corporifiquem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços”.

A cerca disso as intervenções passam a estarem ligadas as expressões da questão social. Dessa forma o objeto de trabalho dos assistentes sociais e sua prática profissional passam a ser direcionadas para as múltiplas expressões da questão social.

Dessa maneira o marxismo, vai se prevalecendo e direcionando o exercício profissional do Serviço Social. O mesmo direcionamento se articula com a Lei 8662/93 que regulamenta a profissão. A referida Lei dispõem no artigo 4º as competências e no artigo 5º atribuições dos assistentes sociais, que são:

Artigo 4º

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); 45 Lei n º 8.662

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Artigo 5º

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;

III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;

IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;

V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;

VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;

VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social; 47 Lei n º 8.662

IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;

X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;

XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;

XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

No entanto, Netto citado por Yazek 2009 esclarece que,

[...] essa ruptura não signifique que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional (NETTO, 1996, p. 111 apud YAZBEK, 2009, p. 153). “Pois, a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão atualiza-se a permanece presente nos tempos de hoje” (YAZBEK, 2009, p. 153).

Sendo assim, considera-se que ainda há mudanças em processamento que são influenciadas por novos contextos históricos. E por mudanças no mundo do trabalho, logo, além de pensar o serviço social como trabalho e entender as múltiplas

modificações que perpassam a profissão, são necessários tratar do cenário em que se insere o serviço social hoje. Consequentemente abordando principalmente os novos modelos de acumulação do capital (IAMAMOTO, 2004).

Destarte, é de suma relevância destacar que o assistente quanto profissional, também vive a precarização da classe trabalhadora, pois o mesmo está inserido no mercado vendendo sua forma de trabalho.

Historicamente o assistente social se inseriu em lutas em prol de benefícios e melhorias em suas condições de trabalho, como muitos outros trabalhadores/as brasileiros/as.

Os assistentes sociais como trabalhador presenciam em seus atendimentos as repercussões e os rebatimentos do capital nas políticas públicas, com “[...] suas reconhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho [...]” (IAMAMOTO, 2004, p 26).

Uma vez que,

[...] redimensiona as requisições dirigidas aos assistentes sociais, às bases materiais e organizacionais de suas atividades, e as condições e relações de trabalho por meio das quais se realiza o consumo dessa força de trabalho especializada. Ela afeta radicalmente as condições de vida, de trabalho, assim como as expressões políticas e culturais dos distintos segmentos de trabalhadores aos quais se dirige a atividade profissional, em decorrência da radicalização das desigualdades em um contexto de retração das lutas sociais ante os dilemas do desemprego, da desregulamentação das relações de trabalho e da (re) concentração da propriedade fundiária aberta ao grande capital internacional (idem, p. 26-27).

Assim, o processo que concedeu a perda dos direitos trabalhistas atinge diretamente aos profissionais de serviço social, que atualmente não se limitam em atender no âmbito das políticas públicas. Portanto, o assistente social é um trabalhador com múltiplas funções, dentre elas estão: consultoria, execução, planejamento, atendimentos, construção de pareceres, laudos entre outros. Sujeito de um trabalho fragmentado, complexificado e diversificado (IAMAMOTTO, 2004).

Suas ações são tomadas de acordo com as necessidades da classe trabalhadora, assim desenvolvendo suas intervenções, que são através das relações sociais vigentes.

Dessa forma,

[...] O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de projetos profissionais também diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais (IAMAMOTO, 2004, p. 24).

Nota-se que, é necessário que o assistente social se aproprie de estratégias em meio à reestruturação produtiva do capital, para que o mesmo tenha capacidade e habilidade para propor seus projetos a instituições empregadoras, assim defendendo sua força de trabalho.

É de grande relevância que o profissional tenha um olhar crítico e propositivo, e que basicamente seja habilitado a compreender as variadas contradições e desafios postos no decorrer da história. Todavia, o que se espera desse profissional é que ele tenha a capacidade de ir além as determinações institucionais, colocando o conhecimento da realidade como um patamar de sua intervenção (IAMAMOTTO, 2009).

Ainda de acordo com a autora, o contexto histórico foi marcado por perdas de direitos sociais e trabalhistas. Sendo assim é importante ressaltar que estratégias devem ser construídas para permitir caminhos que reforcem os direitos ocupacionais de atuação da profissão, tendo em vista que os mesmos ocupam espaços como: organizações não governamentais, poder judiciário, e jurídico, saúde entre outros.

Partindo do que já foi dito, é evidente o desafio do assistente social em materializar o Projeto Ético Político da profissão, tendo em vista que os profissionais presenciam e vivem diariamente na execução da profissão toda expressão da questão social oriunda da contradição entre Capital e trabalho (IAMAMOTTO, 2009).

No mais, é importante compreender que existem diversos desafios a serem encarados, tendo em vista as novas e crescentes exigências colocadas à profissão, nas quais a formação teórica e metodológica que possibilita compreender ainda mais o processo de desenvolvimento capitalista, os debates nas políticas públicas e no exercício do profissional. Para que dessa forma o mesmo possa ter a

articulação com as instituições empregadoras, tendo em vista a defesa e a aplicação do projeto profissional no cotidiano, e no mais a preservação as condições do trabalho e a garantia do atendimento prestado ao usuário (IAMAMOTTO, 2009).

Nota-se por tanto que o processo de trabalho do assistente social, nunca esteve e nunca estará livre de interferências sócio-econômica-política. E desde o primórdio convive com olhar conservador que por sua vez insiste perpetuar até a contemporaneidade. Desse modo desafiando o Projeto Ético-político que defende a classe trabalhadora, defendido por trabalhadores que vivenciam as mazelas do capitalismo monopolista. Assim, no capítulo a seguir se esboçará uma análise da Política de Segurança Alimentar.

2.3 DIREITO SEGURANÇA ALIMENTAR

O Estado, através das Políticas Sociais, cria o espaço ocupacional para a emergência do Serviço Social enquanto profissão, com a particularidade “[...] ao enfrentamento da questão social, em suas mais agudas manifestações, que se renovam e se atualizam diante das diferentes conjunturas sociopolíticas” (RAICHELIS, 2009, p. 379).

Por isso, para identificar os pressupostos do exercício profissional é preciso:

[...] apreendê-los na dinâmica sócio-histórica, que configura o campo em que se desenvolve o exercício profissional e problematizar as respostas profissionais – teóricas, técnicas e ético-políticas – que traduzem a sistematização de conhecimentos e saberes acumulados frente às demandas sociais dirigidas ao Serviço Social (RAICHELIS, 2009, p. 378).

Assim, o campo de trabalho dos assistentes consiste em,

[...] um lugar específico do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, por meio da constituição de um mercado de trabalho que passa a requisitar agentes habilitados para a formulação e implementação das políticas sociais (RAICHELIS, 2009, p. 380).

Diante disso, a partir da discussão mais ampla sobre a constituição dos direitos no Brasil, seguida do debate sobre o processo de trabalho do Serviço Social e da configuração dessa profissão na sociedade brasileira, iremos contextualizar a consolidação dos direitos no campo específico da Segurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de refletir sobre a atuação do Serviço Social neste campo.

Segundo, Instituição Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos ([201-]), Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), conceitua-se como pertencente construção a questão alimentar, e está relacionada com diversos tipos de e interesses sociais. A temática perpassa em diferentes seguimentos sociais a nível mundial.

O Primórdio SAN surgiu na Europa no período da Primeira Guerra Mundial, porém o conceito era bastante restrito devido a razões políticas daquela época (1914-19718) Segundo a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos ([201-]), a SAN adquiriu força a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mas precisamente na Organização das Ações Unidas (ONU). Com o fim da guerra em 1945, a SAN, teve uma escassez da disponibilidade de alimentos. Nesse período foram criadas promoções de assistência alimentar, tal trabalho era realizado com excedentes de países ricos que produziam em alimentos em grandes quantidades.

Neste momento histórico entendia-se que a insegurança alimentar, era transcorrido pela pequena produção de alimentos dos países pobres. Partindo disso foi lançado um experimento, a Revolução Verde¹⁶. Esta tinha como objetivo fomentar a produtividade de alguns alimentos.

[...] a Revolução Verde foi intensificada, inclusive no Brasil com um enorme impulso na produção de soja. Essa estratégia aumentou a produção de alimentos, mas paradoxalmente, fez crescer o número de famintos e de excluídos, pois o aumento da produção não implicou aumento de garantia de acesso aos alimentos (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos [201-] p. 6).

Através da Revolução Verde a produção de alimentos de todo o planeta cresceu de forma avassaladora, mas o súbito crescimento da produção de alimento ocorrido naquele momento histórico não garantiu o fim da fome, que, conforme aponta a própria Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos [201-].

a fome que persiste e assola diversas regiões do planeta é determinada pela falta de acesso a terra para a produção ou renda para comprar alimentos, ou seja, é resultado da enorme injustiça social vigente, não só da falta de produção de alimentos (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos [201-] p. 5).

¹⁶ Refere-se à invenção e disseminação de novas sementes e praticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países de menos desenvolvidos durante as décadas de 60 e 70 (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos [201-] p. 5).

Portanto, a própria instituição reconhece que o modo de produção capitalista não permite uma produção socializada, pois, conforme visto anteriormente deste trabalho, a produção capitalista tem por fundamento a exploração do trabalho.

Este modo de produção está caracterizado pela apropriação privada da riqueza, sendo este o fundamento da fabricação de alimentos, neste caso específico, não haver sido socializada, pois não se trata de um problema de distribuição, mas de a quem pertence à produção, distribuição e o consumo (MARX, 2010; NETTO; BRAZ, 2006).

De acordo com Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos ([201-]), nas décadas subseqüências, houve um declínio na produção de alimentos. Essa queda da produção alimentícia fomentou articulação entre órgãos federativos e pessoas da sociedade civil, que se reuniram em uma Conferência Mundial de Alimentação.

Através desse encontro foi possível identificar que a Segurança Alimentar necessitava de adotar estratégias e elevar a produção de alimentos. Todavia, observou-se que não bastava só produzir, mas era necessário criar meios e estratégias harmônicas para a distribuição dos alimentos.

Neste momento histórico, o direito humano encontrava-se em segundo plano, os direitos ainda não possuíam nenhuma relevância no que tange a alimentação. Mesmo porque nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil passava ditadura militar, e o campo de segurança alimentar era entendido como assistencial. Naquele momento era atendida somente a fome, e não o que causava a fome. Nota-se que como já foi dito anteriormente, no período ditatorial a questão social não era discutida, o que se pensava naquele momento era atender somente a demanda da fome, todas as expressões recebiam atendimentos pontuais (IAMAMOTO, 2009).

Na década de 1980, a produção agrícola aumenta espantosamente, o que ocasionava excedente de alimentos, esses porém passou a ser industrializados. No entanto o acréscimo de excedentes e a produção alimentícia não garantiu o fim da fome. Isso porque a desenvolvimento acelerado visava em atender apenas aos interesses do capital.

A industrialização dos alimentos é mais uma forma de exploração da classe trabalhadora, que vendia sua força de trabalho nas grandes empresas. Porém, a venda da força de trabalho não garantia o acesso ao alimento. Como já relatamos

anteriormente o trabalhador não recebe de acordo com a jornada de trabalho. (NETTO; BRAZ, 2006).

A ausência dos direitos perpetua até nos dias atuais, nota-se que naquele momento histórico grande parte da população não possuía acesso ao alimento devido à pobreza. O Brasil clamava por ações sociais e coletivas, bem como a efetivação de políticas públicas relacionadas à questão alimentar. Tendo em vista a grande pressão advinda da população em situação de pobreza, o Governo Federal por meios de práticas assistenciais cria programas e estratégias para atender os “pobres” e necessidades da população referente à fome (CASTRO *apud* PINHEIRO; CARVALHO, 2010).

A partir disso são criados alguns programas, capazes de viabilizar o acesso da população a alimentação. Entre os programas criados na época, havia alguns específicos voltados para a infância, como por exemplo, o (Programa do leite) e a merenda escolar, ambos operacionalizados pelo Instituto Nacional de Apoio ao Profissional (INAP). E os demais programas eram viabilizados pela LBA (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRICAÇÃO E DIREITOS HUMANO, 2013).

A década de 1980 chega ao fim com 12 programas alimentares no Brasil, porém, esses programas não obtiveram grandes resultados isso porque,

(1) os programas, sobretudo os de distribuição gratuita de alimentos, não foram devidamente focalizados na faixa etária prioritária, nos grupos de menor poder aquisitivo e nas regiões menos desenvolvidas;

(2) os recursos financeiros, ainda que gradativamente ampliados, foram insuficientes e aquém do necessário, até mesmo para atender às metas estabelecidas oficialmente. Em 1989, os 12 programas existentes absorveram cerca de US\$ 1 bilhão (PELIANO; BEGHIN, 1994);

(3) os programas apresentaram descontinuidade no atendimento, inviabilizando a cobertura do déficit alimentar e nutricional dos grupos atendidos. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN), cerca de 27% das crianças menores de 7 anos e 35% das gestantes e nutrízes inscritas nos programas de alimentação não haviam recebido os benefícios no mês anterior à realização da Pesquisa (PELIANO, 1992);

(4) as instituições encarregadas da gestão dos programas não obtiveram o apoio político necessário para o cumprimento de suas atribuições e nem foram devidamente aparelhadas;

(5) os programas federais estiveram excessivamente centralizados, observando-se a ausência de participação e controle por parte das comunidades atendidas;

(6) a superposição das ações se deu em paralelo à falta de uma efetiva coordenação das ações, e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), órgão encarregado de tal tarefa, não recebeu do governo o respaldo

necessário para exercê-la (PELIANO, 2001) (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2009 p. 41).

Em 1986 através das ações sociais que decorriam nesse momento histórico, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, por mediação da conferência foi constatou-se a necessidade de criar um Conselho Nacional para dar suporte à questão da fome que se alastrava pelo país.

Conforme Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2013), somente em 1993 que se solidifica o Conselho nesse momento então e criado o do 1º Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). A solidificação surgiu através da Ação da Cidadania Contra a Fome que era comandada pelo sociólogo e ativista dos direitos humano brasileiro Herbert José de Sousa (Betinho).

Porém, nos anos subsequentes, mais precisamente da década de 1990, o país passava por um retrocesso estatal, a ofensiva neoliberal. O Neoliberalismo reformou a estrutura do Estado, resultando na desconstrução das políticas públicas. O que trouxe grandes prejuízos para Programas ligados à alimentação, assim apresentando resquícios para a segurança alimentar. O que acarretou na extinção dos programas alimentares juntamente com o CONSEA. Como já vimos anteriormente, a ofensiva neoliberal acarretou em,

[...] reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação* da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 1999, p. 31 grifo do autor).

Ainda de acordo com Antunes (2009), nota-se que, através da ofensiva neoliberal, a população trabalhadora, perde grande parte das suas conquistas. Conquistas que “não caíram do céu”, essas foram adquiridas através do processo histórico e das árduas lutas concomitantes aos embates entre classe trabalhadora e classe burguesa.

Partindo disso a classe trabalhadora juntamente com a sociedade civil, mais uma vez saem em busca de soluções, na tentativa de conter a fome a pobreza. Dessa forma em 2003 antes das eleições presidenciais através de um debate público, foi apresentado o Projeto do Programa Fome Zero elaborado pela ONG Instituto de Cidadania, ordenado pelo professor (José Graziano da Silva), o mesmo possuía

propostas políticas estruturais que propunham a distribuição de renda, reforma agrária e geração de emprego, bem como a recomposição do (CONSEA). Segundo a Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2013), ao contrário dos programas anteriores, que eram todos norteados de serviços assistencialista, o Fome Zero não tinha uma proposta assistencialista, mas, uma proposta que o programa aponta como “inclusão social”, isso porque,

[...] não se resume a ações emergenciais. Trata-se de uma política de inserção social, para a qual, mais importante do que distribuir alimentos, é gerar renda, trabalho, resgatar a auto-estima e a cidadania. Ações emergenciais não ficam descartadas, até porque “a fome não pode esperar” [...] O escopo do programa, porém, visa a combinar políticas locais (restaurantes populares, cozinhas comunitárias, sacolões, Bancos de Alimentos etc.); políticas específicas (cartão-alimentação, ampliação do Programa de estoques de segurança, ampliação da merenda escolar etc (BETTO, 2003, p.54).

Essas reivindicações foram acatadas no início do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. A cerca disso, o então presidente da época consolidou um ministério insólito, cujo objetivo era enfrentar a fome. O que na época acarretou em Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar o (MESA), este em 2004 foi alterado para Ministério de Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS). O MDS reuniu ações assistência social e Programas de transmissão de renda como, por exemplo, Bolsa Família¹⁷ (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRICAÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2013).

Contudo, cabe destacar que a idéia de inclusão social é incompatível com a análise crítica que realizamos na primeira parte deste trabalho sobre o modo de produção capitalista. Isso porque neste modo de produção a reprodução da pobreza, do desemprego e de outras denominadas expressões da questão social, é inerente ao movimento de exploração do trabalho e também importantes ao processo de acumulação do capital, portanto, fazem parte desta sociedade e não são alheios ou dela excluídos.

Mesmo assim, as mudanças desse período possibilitaram a realização da 2ª Conferência Nacional de SAN, que ocorreu em Olinda /PE, em 2004. A referida Conferência garantiu à alimentação como um direito no Brasil. Isso porque em 2006,

¹⁷ O Bolsa Família unificou os programas Bolsa-Escola do Ministério da Educação, o Vale-Gás do Ministério de Minas e Energia, o Bolsa-Alimentação do Ministério da Saúde e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA) ou Cartão Alimentação do MESA (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, 2013).

as muitas movimentações sociais, conferências e fóruns onde a pressão entre classe trabalhadora e Estado ganhava grandes proporções em torno da discussão do acesso ao alimento.

O então presidente da época Luís Inácio Lula da Silva é aprovada Lei Orgânica Segurança Alimentar n. 11. 346¹⁸ (LOSAN).

A LOSAN dispõe em seu 3º artigo que,

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentável.

Partindo dessas primícias, novamente os movimentos sociais tomam proporção e iniciam-se as diversas reivindicações ao acesso do alimento. Esse período foi de forte movimentação da classe trabalhadora, que através da mobilização popular tornou-se possível a consolidação do Direito Humano a Alimentação (DHAA).

Portanto O Direito Humano à Alimentação é considerado:

Um direito Humano básico, sem o qual não há direito a vida, nem há cidadania, nem há humanidade, isto é, o direito de acesso à riqueza material, cultural, científica e espiritual produzida pelo gênero humano. As pessoas necessitam de alimento apropriado, no sentido quantitativo (VALENTE et al apud VALENTE, p. 71, 2002).

Segundo Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2013). O DHAA configura-se em adequar, disponibilizar, possibilitar o acesso físico, econômico, aos alimentos e, sobretudo guardando a dignidade humana.

Para que essas particularidades se tornem concretas é de grande relevância a presença de políticas, pois estas devem ser competentes, bem como articuladoras em diversos setores na esfera da sociedade, capazes de respeitar as diversas particularidades sociais (VALENTE, 2010).

De acordo com Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2013). Em 2008 a discussão a cerca da temática na ganhava maiores proporções, um delas era de que o Brasil previu em acabar com a fome até 2015.

¹⁸ A alimentação adequada é um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população (BRASIL, 2006).

Tendo em vista a previsão em acabar com a fome até 20015 em 2009, é aprovada a lei 11.347/2009 que em seu artigo 2º dispõe,

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009).

As estratégias para consolidar o acesso à alimentação tomam mais proporção quando em 2010 o direito alimentação passa pela aprovação da ementa constitucional, assim incluindo a alimentação como um dos direitos fundamentais do ser humano. Portanto, na Constituição Federal de no seu 6º artigo dispõe,

São direitos sociais a educação, a saúde, a **alimentação**, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância aos desamparados, na forma desta constituinte (grifo nosso).

Portanto, esses Direitos são,

[...] exercidos pelos homens individualmente, e têm como princípio opor-se à presença da intermediação do Estado para seu exercício, pois é o homem, fundado na idéia contra o poder do Estado, ou, caso dos direitos políticos, exerce-os na esfera de intervenção no Estado. [...] segunda geração – os direitos sociais – são exercidos pelos homens por meio da intervenção do Estado, que é quem deve provê-los. Esses direitos vêm se constituído desde o século XIX, mas ganham evidencia no século XX [...] Os direitos da terceira geração são entendidos como fruto da evolução das relações entre povos, e principalmente, como resposta a conflitos beligerantes e gerados por opressão política e/ou econômica, que trazem consequência que devem ser assumidas coletivamente (COUTO, 2010, p. 35).

Acerca das informações que foram esboçadas anteriormente, no quadro há seguir há uma ilustração que permite uma melhor compreensão com um resumo das informações com base nos respectivos períodos.

Quadro 1

(continua)

ANOS	PARADIGMAS	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS
1950 a 1970	Estado Assistencialista e desenvolvimentista sem redistribuição da riqueza nacional.	Política social a alguns poucos compensatória, destinada segmentos da população.
1970 a 1980	Estado Autoritário (Ditadura Militar) e visão biologistica do problema da fome (entendida como distúrbio da saúde humana).	Primeiros desenhos de políticas públicas mais abrangentes quando se tenta unir o social e a política agrícola.

1985	Estado Assistencialista com ampliação de programas de distribuição de alimentos aos "pobres".	Início da redemocratização do país, depois de 20 anos de governo militar; Programa do Leite (Governo Sarney).
1986	Reconquista do Estado de Direito e a reconstrução da Democracia passa a ser o objetivo da sociedade brasileira; intensifica-se a mobilização nacional para a elaboração da nova Constituição Federal.	8ª Conferência Nacional de Saúde: luta pelo direito à saúde e reconhecimento da alimentação como direito intrinsecamente ligado à vida e à saúde; • I Conferência Nacional de Alimentação desdobramento da 8ª Conferência Nacional de Saúde, que reconhece direito à alimentação e a necessidade de se criar um Conselho Nacional.
1988	Aprovação da nova Constituição Federal do Brasil com direitos sociais reconhecidos (chamada de Constituição Cidadã).	Início da construção do SUS e redesenho de alguns programas de alimentação e nutrição.
1993	Segurança Alimentar como mecanismo para o enfrentamento da fome e da miséria e com eixo do desenvolvimento econômico e social.	Início da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, liderada pelo Betinho; Criação do primeiro CONSEA no Governo Itamar Franco.
1994 a 2002	Visão do Estado neoliberal, prevendo-se que a estabilização da moeda, o mercado e as regulações públicas seriam suficientes para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social.	Extinção do CONSEA e criação de Conselho Comunidade Solidária, que previa a construção de redes de parcerias entre governo e sociedade civil.
2003	Combate à fome como ação prioritária do Governo Lula (Fome Zero).	Recriação do CONSEA Nacional; Formulação de um conjunto de políticas públicas articuladas para promover o acesso à alimentação;
2004	Reconhecimento do Direito Humano à alimentação adequada como paradigma para o enfrentamento da fome e da pobreza.	Realização da II Conferência Nacional de SAN em Olinda (PE); Inicia-se o processo de redesenho das políticas públicas voltadas ao combate à fome; É lançado o Programa Bolsa Família (transferência de renda com meta para atender 12 milhões de famílias).
2006	Direito Humano à Alimentação Adequada como objetivo primeiro da LOSAN.	Aprovação da LOSAN: Lei Orgânica de SAN n. 11.346 aprovada em setembro de 2006, instituindo o Sistema e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2007	A realização do DHAA deve ser alcançada por meio de uma Política e um Plano Nacional de SAN.	Realização da III Conferência Nacional de SAN em Fortaleza (CE); Criada a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
2008	Intensifica-se a discussão sobre a importância da intersectorialidade diferentes dimensões da SAN. Alcança-se novo patamar de criação de competências em DHAA e amplia-se a discussão sobre a exigibilidade do DHAA.	O Brasil cumpre antecipadamente a 1ª Meta do Milênio, que prevê para 2015 reduzir à metade a fome e a pobreza.

(conclusão)

2009	A realização do DHAA requer novos arranjos e gestão intersetorial das políticas de SAN.	Aprovação de lei sobre o PNAE (Alimentação Escolar), destinando 30% dos recursos federais do programa para aquisição locais da Agricultura Familiar.
2010	Reforço dos instrumentos legais que promovem, protegem, respeitam e proveem DHAA.	Aprovação da emenda constitucional que inclui a “alimentação” entre os direitos fundamentais (artigo 6º);
2011	Progredir na realização do DHAA por meio de políticas Públicas adequadas e políticas públicas adequadas e disponibilizar instrumentos de exigibilidade.	Realização da IV Conferência Nacional de SAN em Salvador (BA).

Fonte: adaptado (Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, 2013).

Através da tabela é possível ter uma maior compreensão de que os direitos humanos foram firmados como essenciais ao ser humano, por meio de um longo processo de lutas envolvendo duas classes sociais. De um lado, uma pequena parte: os detentores do poder; e em outra grande parte não obtinha poder algum.

Até agora todo o discursos abordou vários momentos históricos, portanto é de grande relevância entender que os direitos estão em constante mutação. Haja vista que esses foram adquiridos aos poucos através de grandes lutas históricas, portanto correspondem a valores sociais que mudam com o tempo. Os direitos evoluem de acordo com a humanidade, e com a construção de conhecimentos que articulam entre a sociedade e Estado (AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS, 2013).

2. 4 PROGRAMA MESA BRASIL DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC)

O Serviço Social do Comércio (SESC) foi criado pela Confederação Nacional do Comércio, nos termos do Decreto-Lei nº. 9.853 de setembro de 1946, a partir da “ação de empresários e organizações sindicais” a Administração Regional do Espírito Santo foi instalada em 1947 e atualmente possui doze unidades operacionais em diferentes municípios da Grande Vitória e um centro cultural (MANUAL DO COLABORADOR 2009/2010).

As ações institucionais desenvolvidas procuram promover o bem-estar físico, mental do trabalhador do comércio e de seus dependentes. O SESC executa diretamente ou indiretamente medidas que contribuem para melhoria da qualidade de vida dos

trabalhadores do comércio e suas famílias. Segundo Serviço Social do Comércio (2009/2010), as ações educativas, ações da área da saúde, cultura, lazer, educação entre outros “[...] proporciona um aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade [...]” (MANUAL DO COLABORADOR, 2009/2010, p. 05). O SESC busca cooperar no âmbito de suas áreas para o desenvolvimento econômico social partindo do esforço coletivo para assegurar melhores condições de vida

2.4.1 Serviços, programas, projetos desenvolvidos no SESC

Segundo Manual do Colaborador (2009/2010) a instituição possui sua programação voltada para a área da saúde, educação, cultura, lazer e assistência. O SESC acredita que através dos serviços ofertados garante uma melhor qualidade de vida aos trabalhadores que atuam no comércio. Os serviços “oferecidos” são:

- 1) Saúde: Que tem cunho preventivo com atendimento voltado para odontologia, e clinica geral.
- 2) Nutrição: São desenvolvidas ações de cartear educativo , com objetivo de conscientizar a comunidade em geral sobre a importância da alimentação na saúde .
- 3) Educação: face às limitações econômicas dos comerciários “[...] o SESC/ES concentra ações para atender as necessidades da sua clientela no campo da educação formal, educação infantil, fundamental e complementar” (MANUAL DO SESC, 2009/2010 p. 11).
- 4) Cultura: Tem por objetivo buscar o desenvolvimento, difusão e preservação do conhecimento através do incentivo a cultura e as artes em Geral.
- 5) Lazer: Tem o reconhecimento da importância do lazer para o individuo; para promover um conjunto de ações lúdicas, recreativas e de entretenimento, propiciando em seus Centros de Turismo momentos de descontração e convivência.
- 6) Assistência Social: Consiste em ação de caráter essencialmente assistencial e procura promover soluções para os problemas específicos de sua clientela e da comunidade.

Uma das ações também realizadas pela instituição é o Programa Mesa Brasil Sesc (PMBS). Faze-se necessário um breve histórico para melhor entendimento a cerca do mesmo.

Dessa forma, em 1991 o SESC do estado do Paraná deu início a um trabalho assistencial, que tinha como objetivo a atender instituições que realizasse trabalhos com pessoas em situação de pobreza.

Na ocasião, essa ação do SESC ficou conhecida como “Projeto Pão e Sopa”, que oferecia somente sopa. A sopa era toda manipulada na cozinha do SESC, com alimento que algumas empresas do ramo alimentício doavam (MANUAL DO COLABORADOR 2009/2010).

Em 1994 o estado de São Paulo passa a implementar o Programa, porém altera o nome para “Cozinha Central”, mas continua com as mesmas finalidades e características. Em 1997, a “Cozinha Central” foi substituída pelo “Colheita Urbana” que possuía quase o mesmo formato dos programas anteriores. No entanto, foram adotadas algumas alterações uma delas é que o novo formato passou a entregar os alimentos sem manipulá-los, ou seja, o que antes eram preparados (cozidos) pelos funcionários do SESC, naquele momento deixou de ser, o repasse do alimento foi alterado para um formato que não passava mais por preparos no SESC. O Programa recebia os alimentos e já enviava para as instituições. Para que elas mesmas pudessem preparar de acordo com sua necessidade.

Já em 2000 O SESC implanta no estado do Rio de Janeiro o Banco de Alimentos, mantendo o mesmo formato do Programa anterior. As ações de doar os alimentos se expandem para outros estados do país como o Ceará e depois, em 2001, para Pernambuco.

Já em 2003, com as experiências adquiridas através dos 10 anos de doações de alimentos, o trabalho realizado ganha dimensão nacional e, então, passa a ter o nome de “Programa Mesa Brasil Sesc (PMBS)”, bem como os outros realiza um trabalho que colhe os alimentos que excedem nas grandes empresas alimentícias, não só de empresas como veremos mais a frente, mais agora possui uma perspectiva da Política Segurança Alimentar (SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO, 2015).

O PMBS foi implementado na Regional do Espírito Santo em 08 de outubro de 2003. Atualmente, distribui alimentos para 89 instituições localizadas em 10 (dez) municípios do Estado (Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana, Fundão, Guarapari, Marechal Floriano, Domingos Martins e Iconha).

Mantido pelo SESC, o PMBS não realiza atendimento direto a pessoas físicas. Os atendimentos são direcionados às instituições como: (creches, abrigos, igrejas, hospitais, - Instituições de Longa Permanência Para Idosos- (ILPI's), pastorais sociais, casa de reabilitação ou comunidade terapêutica), essas instituições devem atender as condicionalidades estabelecidas pelo Programa¹⁹.

É de suma importância evidenciar que o PMBS não fornece alimentação completa, mas faz a complementação, ou seja, o Programa não distribui alimentos em quantidade e variedade necessárias para suprir as necessidades nutricionais diárias do ser humano.

O Programa tem como objetivo contribuir para a segurança alimentar nutricional dos usuários que estão inseridos nas instituições atendidas pelo mesmo. Com distribuição de alimentos que variam em; hortifrúttis, pães, bolos, biscoitos, leite e derivados, sucos e qualquer outro alimento que o Programa receba de doação.

Esses alimentos são adquiridos Pelo Programa, através de parcerias feitas com grandes empresas alimentícias, supermercados, produtores rurais entre outros, esses quando estão com alimentos em excesso solicita a equipe do PMBS, para fazer a coleta do que está excedendo. Esse trabalho é realizado diariamente, mesmo porque o Programa não estoca nem um tipo de alimento, a logística é bem dinâmica e funciona nas seguintes modalidades:

- Parte da equipe é composta por motorista e ajudante, os quais recolhem os alimentos doados por empresas ou mercadistas, esses levam todo o alimento captado no dia para o (galpão do Programa) onde é realizada a seleção dos alimentos. A seleção de todos os dos alimentos é realizada pela equipe de nutrição.
- Outra equipe, com a mesma composição da anterior, encarrega-se de coletar nas regiões do Interior do Estado, onde estão os produtores rurais, que doam parte do excedente - aquela que saiu dos padrões estabelecidos pelos compradores (empresários) (MANUAL DE FUNÇÕES DO PROGRAMA MESA BRASIL, 2003).

¹⁹ Possuir registro em Conselhos de Direito Municipal ou Estadual, Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, e não possuir vínculos partidários nem tão pouco evangélicos, entre outros.

Para melhor compreensão do que vai ser debatido posteriormente tornou-se necessário explicar sobre Serviço Social do Comércio e seus programas, bem como evidenciar início do Programa Mesa Brasil SESC.

No que tange ao processo de trabalho dos assistentes sociais esse será dialogado posteriormente juntamente com o resultado de pesquisa.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre o Processo de trabalho dos assistentes sociais do Programa Mesa Brasil (PMBS) SESC.

Durante a pesquisa foi realizado uma estudo revisão bibliográfico que contribuiu para o debate que perpassou a discussão sobre a categoria trabalho, Segurança Alimentar, Leis, entre outros. De acordo com Ferrão (2003) a pesquisa bibliográfica possui finalidades de distinguir as várias contribuições a cerca de um tema específico.

Considerando o exposto entende-se que pesquisa possibilita uma aproximação com objeto de estudo. Por meio de estudos teóricos se torna possível à aproximação com objeto de estudo, bem como o entender e fundamentar caso o estudo se utilize de entrevistas, questionários, testes e observação, entre outros (VERGARA 2013).

Nossa investigação contou com pesquisa de campo, essa exige que o pesquisador realize pessoalmente todo o seu trabalho, pois é de grande relevância o contato direto com a questão em estudo. Dessa forma inserido no campo de estudo torna-se possível entender a realidade a ser pesquisada (MINAYO, 2006).

A pesquisa também possuiu características de cunho qualitativo que para Minayo (2006), trata-se de um estudo realizado de forma empírica e sistematizado, porém com fundamentações teóricas.

Na pesquisa qualitativa, todas as pessoas que participam são reconhecidas como sujeitos que elaboram e produzem práticas adequadas para intervir nos problemas que identificam. Pressupõe-se, pois, que elas têm um conhecimento prático de senso comum e representações relativamente elaboradas que formam uma concepção de vida e orientam suas ações individuais. Isto não significa que a vivência diária, a experiência cotidiana e os conhecimentos práticos reflitam um conhecimento crítico que relacione esses saberes particulares com a totalidade, as experiências individuais com o contexto geral da sociedade [...] (CHIZZOTTI, 2009, p. 83).

Trata-se também de uma pesquisa descritiva. Entende-se que as pesquisas descritivas que são capazes de ir além do que aparentemente para ser. “As pesquisas descritivas, “[...] atualmente realizam os pesquisadores sociais preocupados com atuação prática [...]” (GIL, 2009, p. 28). E Como instrumentos para coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, que foi realizada a partir de um roteiro (APÊNDICE 2) com perguntas abertas. Segundo Gil (1996):

Nos levantamentos que se valem de entrevista como técnica de coleta de dados, esta assume forma mais ou menos estruturada. Mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias (GIL, 1996, p. 93).

Através dos dados e informações adquiridos pela entrevista foi possível uma aproximação com a realidade dos sujeitos²⁰ os quais colocaram suas opiniões a respeito do objeto de estudo. Para Martinelli:

[...] os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não é só minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas também o que o sujeito tem a me dizer a respeito (MARTINELLI, 1999, p. 21-22).

Portanto, a técnica selecionada para a coleta de dados, foi à entrevista que por sua vez possibilitou a visão aproximada do problema pesquisado, logo, possuindo caráter de alcançar uma visão geral do entrevistado (GIL, 2006). Porém, é de suma importância relatar que a coleta de dados não se limitou em entrevista, haja vista que para coleta de dados utilizou-se de relatórios, manuais da instituição a qual foi realizada a pesquisa.

Para Gil (2006), o roteiro deve ser elaborado com clareza, conter principais informações necessárias para a pesquisa. Nota-se que é de suma importância à organização das perguntas, tendo em vista que a organização das mesmas favorecerá ao entrevistado e ao entrevistador.

A elaboração do roteiro foi preparada antecipadamente ao dia da entrevista, e contou com oito perguntas abertas, o que possibilitou ao entrevistador levantar questões referentes às respostas dadas pelo entrevistado, durante a entrevista. Dessa forma tornando o assunto mais profundo, o que também possibilitou ao entrevistador uma maior compreensão das informações dos dados, assim possibilitando um maior aprendizado no que foi pesquisado, podendo até, guardar parte das informações em sua memória (MINAYO, 2006).

A entrevista foi realizada com 02 assistentes sociais que atuam no PMBS. Atualmente o programa está com 20 (vinte) funcionários, sendo assim, a equipe é formada por 01 coordenador, 02 nutricionistas, 03 (três) auxiliares administrativos, 04 (quatro) motoristas, 03 (três) ajudantes de motorista, 02 (dois) auxiliares de

²⁰ Sujeito da pesquisa são as pessoas que fornecerão os dados de você necessita (VERGARA, 1988, p. 50).

serviços gerais, 02 (dois) vigias e 02 assistentes sociais. Considerando que os profissionais de serviço social serão os sujeitos da pesquisa.

Os dados coletados através da entrevista passaram por um tratamento que, Segundo Vergara (1998), é necessário colocá-los de forma mais estruturada possível, tendo em vista que o tratamento de dados varia com o pesquisador.

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vista a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é dos fundamentos teóricos da pesquisa e dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas (GIL, 2009, p. 178).

A autora ainda destaca a importância de uma ampla revisão literária, o que é de suma importância para o pesquisador que por sua vez tem como tarefa debruçar-se na teoria para que possa realizar o tratamento dos dados adquiridos.

Logo, é de suma importância ressaltar que todo o processo da presente pesquisa encontra-se devidamente de acordo com a resolução nº. 466, de 12 de dezembro de 2012 que trata dos aspectos éticos de pesquisas que envolvem a participação de seres humanos. Será utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, o qual foi assinado pelos entrevistados, sendo assegurado o anonimato dos mesmos conforme o apêndice 1.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

A partir daqui, levantaremos reflexões sobre o processo de trabalho do Serviço Social no PMBS. O programa atualmente tem dois profissionais de serviço social. Os assistentes sociais trabalham diariamente com carga horária de 30 horas semanais, ambos participaram como sujeitos na coleta de dados, que foi realizada através de entrevista com perguntas abertas (apêndice 2). Para preservar a identidade dos mesmos, usaremos os pseudônimos de S1 e S2.

A partir das entrevistas e de documentos da instituição, iremos refletir sobre o processo de trabalho dos assistentes sociais no referido programa. Para isso, foram pré-estabelecidos 8 perguntas abertas para uma melhor compreensão sobre processo de trabalho dos assistentes sociais. As questões contemplam com os seguintes pontos: qual *papel* do serviço social na instituição; *estratégias* de relação entre o assistente social e a população atendida; questionamos ainda sobre os *instrumentos* e *arcabouço* teórico utilizado por eles; sobre a equipe de trabalho se possuem um trabalho *interdisciplinar*, ainda se os assistentes sociais *planejam* suas ações e atividades cotidianas; se identificam *interesses opostos* ao deles no âmbito profissional.

De início, abordou-se sobre o papel do assistente social no Programa. O Manual de funções (2003), diz que os assistentes sociais possuem as seguintes funções:

- ✓ Cadastrar as instituições de acordo com critérios estabelecidos para elegibilidade (regulação da documentação, carências de recursos financeiros e materiais, proposta de trabalho da instituição, parcerias firmadas com outras instituições para captação de recursos e perfil sócio econômico da população atendida e articulação em rede);
- ✓ Avaliar a entidade quanto aspectos organizacionais, econômicos e sociais na prestação de serviços a comunidade. Tendo em vista que as diretrizes do programa é a prestação de serviços gratuitos, não possuir vínculo político-partidário, entre outros;
- ✓ Apresentar na ocasião do cadastramento das instituições sociais, o termo de cooperação com as diretrizes que permitam o êxito da parceria firmada, deixando claro o que cabe para ambas as partes;

- ✓ Desenvolver ações educativas com as Entidades (palestra/ oficinas) sobre temática da área social;
- ✓ Priorizar a realização de visitas técnicas sistemáticas que são realizadas uma vez por ano para fins de acompanhamento;
- ✓ Supervisionar os (as) estagiários (as) de Serviço Social;
- ✓ Realizar contato efetivo com os Conselhos de Assistência Social dos municípios, para assegurar o caráter idôneo das Entidades Social.

Já o S1, relata que seu trabalho é realizado de acordo com Manual de funções do Programa, porém, o que o mesmo explana é que sua ação profissional não se limita no manual de funções.

Sendo assim,

[...] A profissão exige que do profissional um olhar ampliado. [...] não devo só olhar para dentro da política que é nossa área, mas ver se está em consonância com as outras políticas. Vê se o trabalho que é realizado está preservando a dignidades do ser humano, se o direito está sendo garantido, se a instituição tem um trabalho sério que visa realmente garantir a efetivação de um direito social. Então essa é a nossa preocupação, o assistente social tem que ter um olhar crítico, e meu papel aqui não se resume em uma mera distribuição de alimentos (S1).

As afirmações do S1 quanto ao papel do assistente social no programa vão ao encontro a o que lamamoto (2009) diz que os assistentes sociais devem “[...] alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes [...]” (IAMAMOTTO, 2009. p. 29).

Como já relatamos anteriormente o PMBS, atende a várias instituições sociais, e para que essas sejam inseridas no Programa existem critérios e condicionalidades²¹, quando questionado sobre o papel do assistente social para o entrevistado S2, relata que é de suma importância o papel do assistente social, no Programa isso porque as instituições são inseridas no Programa mediante a análise realizada pelos profissionais após as visitas institucionais. Cabe ressaltar que as visitas institucionais são realizadas anteriormente ao cadastro no Programa, e através delas são realizados análises bem como estudo sócio econômico, trabalho realizado, dentre

²¹ Possuir Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), ter registro em Conselho de Assistência Social, dentre outros.

outros. Sendo assim *“um dos nossos papéis é inserir instituições que estejam fazendo atendimento à população usuária de serviço social (S2)”*.

Como exposto anteriormente, o Programa atua na distribuição de alimentos excedentes de produção nas empresas e nos produtores rurais, dentre outros. Segundo S2 a importância do papel do assistente social no Programa é: *“promover o acesso das pessoas aos alimentos de forma igualitária, como direito social adquirido (S2)”*.

Deste modo nota-se que o papel do assistente social vai ao encontro do que preconiza a Lei Orgânica de segurança alimentar.

A Requerida lei em seu artigo 2º dispõe que:

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população.

Sobre o ponto de reflexão, o qual se refere às estratégias usadas pelos assistentes sociais para acessar a população atendida, o Manual de funções MBS (2003), estabelece que essas estratégias sejam desenvolvidas através de ações educativas.

Sendo assim,

[...] o fornecimento de informações e orientações aos profissionais e voluntários das instituições sociais para a produção de uma alimentação segura, [...] as ações devem fornecer subsídios para a criação de hábitos alimentares saudáveis nos usuários, [...] o aproveitamento integral de alimentos e consumo de alimentos não convencionais, tudo em vista da criação de uma consciência mais lúcida sobre a necessidade de se evitar o desperdício de alimentos, de recursos e de esforços (MANUAL MBS, 2003, p. 5).

Através do manual de funcionários, constatou-se que as estratégias para divulgação do programa estão limitadas em ações educativas que aborde sobre aproveitamento de alimentos. Porém, as ações que os assistentes sociais realizam vão para além do que o Manual MBS (2003), sugere. No decorrer da análise veremos como são realizadas as estratégias de divulgação do Programa.

De acordo com dados coletados verificou-se que as ações são realizadas tanto para os funcionários do Programa quanto para o público atendido. Até aqui as estratégias dos assistentes sociais estão condizentes ao manual de funcionários, o que não significa estar limitado ao manual, conforme os profissionais relatam.

No que tange as ações realizadas para os funcionários do programa, essas são realizadas quando solicitada pela coordenação do Programa ou quando os assistentes sociais identificam uma determinada demanda interna. Segundo Iamamoto (2009), as ações que são realizadas no âmbito da empresa são menos complexas, pois essas são de uma demanda pontual ou algum tipo de treinamento.

Quanto às ações para o público externo, essa funciona como estratégias, para divulgação do Programa, pois é notório que poucas pessoas tenham conhecimento e entendimento a respeito do mesmo. As ações são realizadas em duas modalidades, uma delas é direcionada para os gestores das instituições atendidas (essas são realizadas no auditório do SESC), e possuem como finalidades: pontuar a importância da instituição estar com a documentação regularizada, explicar sobre segurança alimentar e nutricional, orientar quanto ao atendimento realizado na instituição, dentre outros.

E o outro modelo de ação realizada pelos assistentes sociais são as que acontecem no âmbito das instituições atendidas pelo Programa, essas são diretamente para o público atendido pelas mesmas. Essas ações são mais complexas, pois essas estão sendo realizadas diretamente com o público usuário do programa, nessas ações são assistentes sociais levam informações através de palestras, com dinâmicas de grupo. Esse modelo de ação educativa são para informar a população sobre o Programa, sobre o trabalho que é realizado no mesmo, e no mais essas ações possuem como objetivo levar informação sobre os direitos sociais e principalmente sobre o DHAA.

Tais ações se tornam mais complexas, pois Segundo (IAMAMOTTO, 2009, p. 69) essas ações “[...] tem um efeito que não é material, mas é socialmente objetivo [...]”.

Sendo assim,

[...] o nosso trabalho aqui é pautado na divulgação. Em primeiro lugar informar o que é o Mesa Brasil do que consiste o Programa. E como gente não atende diretamente pessoas físicas, mas instituições sociais que desenvolve o trabalho nas comunidades mais vulneráveis. A nossa estratégia é informar essas pessoas, munir essas pessoas com informações sobre o que é o que direitos sociais e DHAA (S1).

Ainda quanto as estratégias, S2 relata que atualmente as instituições (gestores) vão até o escritório do Programa solicitar doações, esses munidos com os documentos necessários para o cadastro. Partindo disso, é agendada uma visita ao local. Através

da visita é realizado um estudo, acerca das questões do trabalho realizado pela instituição, qual o público atendido, trabalho realizado, questões financeiras etc.

Através dos **estudos** realizados é que se dá o cadastramento e efetivação da instituição no programa. Por isso S2, diz que, *“primeiramente nós estudamos as questões sócio-econômicas como também o trabalho realizado para depois prioriza as que mais possuem necessidade”*.

Nota-se que de acordo com relato S2, o trabalho realizado pelos assistentes sociais está condizente com a Lei 8.662/93, que regulamenta a profissão.

Nesse sentido a referida Lei em seu art. 5º no parágrafo 1º dispõe que: “Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e **avaliar estudos [...]**”. São atribuições privativas do assistente social.

Como relatado anteriormente para concretização do trabalho é necessário o uso dos meios (instrumentos) esses são de suma importância para qualquer tipo de trabalho. Segundo Marx (2003), as condições de uso de instrumentos são inerentes ao trabalho humano, pois através da soma entre força de trabalho, matéria prima, instrumentos que os homens conseguem concretizar o que anteriormente tinham projetado, conforme sua capacidade teleológica.

A cerca disso, Guerra (2011), relata que os profissionais de serviço social que tem como objeto de trabalho as expressões da questão social, esses devem criar os meios/instrumentos para articular com as necessidades do seu trabalho cotidiano. Desse modo entende-se que se o objeto de trabalho são as expressões da questão social e essas estão sempre em movimento e, se expressam nas mais diversas formas, logo, os instrumentos são meios que variam de acordo com a demanda profissional.

Nesse sentido,

[...] cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais (GUERRA, [201-], p. 05).

Desse modo, o trabalho dos assistentes sociais no Programa supracitado não seria poderia ser diferente, em entrevista foi questionado sobre os instrumentos utilizados pelos mesmos. Segundo S1 e S2 os instrumentos são: visitas institucionais, fichas cadastrais, atualização de dados do público atendidos pelas instituições, formulários

de cadastro, relatórios, pastas de arquivo (cada instituição possui uma pasta com os respectivos documentos que são atualizados anualmente e relatórios de visitas). É necessário destacar que,

Aqui no programa, agente tem o cuidado de relatar e preservar isso para que somente o serviço social tenha acesso ao nosso arquivo, é um cuidado ético da profissão. Então assim nossos instrumentos são os relatórios, as fichas cadastrais das famílias atendidas quando a instituição faz esse tipo trabalho cada família tem seu cadastro onde gera um perfil sócio econômico com dados que vão dar base para nossos relatórios às planilhas que agente precisa preencher. Enfim, basicamente são esses os instrumentos (S1).

Observa-se, portanto, que processo de trabalho do assistente social mais uma vez condiz com o Código de Ética da profissão (1993). Quando em relato o entrevistado explana sobre a preocupação em manter os documentos que contem informações das instituições em sigilo, e somente no acesso dos profissionais do serviço social.

Durante a entrevista foi questionado sobre o uso e, de qual, arcabouço teórico que é utilizado por eles, caso fizessem uso da teoria no cotidiano profissional. Ambos os entrevistados responderam que o trabalho realizado por eles estão mais relacionados a legislações e que eles usam muito a legislação no cotidiano. Segundo eles o Programa atende a um público diversificado, portanto em diferentes políticas o que requer atualizações as legislações vigentes.

O entrevistado S2 diz que [...] *primeiro agente não pode esquecer-se do Código de Ética, que faz parte do nosso cotidiano [...] Agente busca muito referencial teórico dentro do DHAA (S2).*

Observa-se que de acordo com o entrevistado supracitado o uso da teoria fica a cerca das legislações relacionadas à temática, portanto, à utilização da teoria é mais relacionada com as legislações.

A partir do que foi relatado observou-se que quanto ao arcabouço teórico, No processo de trabalho dos assistentes sociais nota-se que os desafios são constantes principalmente no que tange a descentralização das políticas públicas. Como aqui já foi citado anteriormente. A ofensiva neoliberal fragmentou a atuação do Estado, e isso não aconteceu só naquele momento histórico não, pois os assistentes sociais aqui citados vivenciam essa fragmentação no seu trabalho cotidiano. Portanto, é de suma importância que os profissionais estejam sempre se atualizando, nas legislações como já relatamos, bem como em teorias que venham ao encontro das atividades diárias realizadas por eles.

Nesse sentido, cabe aos profissionais entender que, “O momento presente desafia os assistentes sociais a se qualificarem para acompanhar, atualizar e explicar as particularidades da questão social [...]” (IAMAMOTTO, 2009, p.42).

Então, S1 diz que,

A teoria que embasa o meu fazer profissional. Aqui eu uso tudo que eu e usei na graduação, os autores do serviço social, principalmente os que fazem a leitura do movimento da sociedade, e uso também a teoria da área que em que atuo o que propicia a articulação de uma com outra (S1).

Desse modo é de suma importância destacar que,

O acervo teórico e metodológico que lhe serve de referencial é extraído das ciências humanas e sociais [...] Tais conhecimentos tem sido incorporados pela profissão e particularizada na análise dos seus objetos de intervenção (Guerra, 2011 p. 11).

Para o desenvolvimento e a funcionalidade do Programa é necessário do envolvimento de vários funcionários com diferentes funções, como já relatamos anteriormente. Sendo assim o programa desenvolve um trabalho interdisciplinar. Em entrevista foi perguntado sobre o trabalho interdisciplinar. Segundo o S1, seu trabalho está mais relacionado com a nutrição e que existe um respeito recíproco entre estes profissionais.

De acordo com relatos em entrevista constatou-se que mesmo sendo em diferentes profissões e funções são de grande relevância o papel de cada trabalhador/a. Em suma, segundo relato de ambos entrevistados, o trabalho executado por eles está mais relacionado com a da nutrição, haja vista que as visitas institucionais são realizadas pelos/as respectivos trabalhadores/as.

Desse modo, o trabalho interdisciplinar possui,

[...] uma grande importância, isso porque principalmente a nutrição e o serviço social possuem olhares diferentes, nós não podemos caminhar olhando só a questão financeira, temos que ter consciência sobre legislações sanitárias, e isso cabe aos profissionais da nutrição (S2).

Nota-se, portanto, que o trabalho dos profissionais está se articulando para o desenvolvimento de suas atividades, mesmo que cada profissão tenha sua função, o trabalho interdisciplinar propicia uma visão estendida sobre as atividades desenvolvidas diariamente no âmbito profissional.

Sendo assim,

A prática interdisciplinar coloca-se como potencializadora da integração que permitiria uma compreensão ampliada do objeto de trabalho, pela interação entre os profissionais e a articulação entre os diversos saberes e fazeres,

possibilitando deste modo outras formas de relação entre os sujeitos envolvidos no processo (Campos et al. 2009 p. 19).

Ainda em relação ao trabalho interdisciplinar, foi questionado se os profissionais (assistente sociais) sofrem algum tipo de pressão, exigência advinda do empregador ou até mesmo coordenação do programa que não são condizentes a atuação dos mesmos.

S2 relata que por parte do empregador não existe intervenção quanto ao trabalho realizado por eles. Porém, a coordenação do Programa às vezes questiona, sobre a quantidade de instituição cadastrada no Programa. Este questionamento surge porque **esporadicamente** o Programa capta e/ou recebe mais alimentos do que o esperado, isso ocorre geralmente quando fabricante entra em contato com o Programa para doar uma mercadoria com data de validade próxima do vencimento (isso acontece com um grande fabricante de iogurte e derivados. Vale ressaltar que o Programa Mesa Brasil **não** recebe alimentos que não sejam próprios para o consumo). Quando ocorre da captação de alimento ultrapassar a quantidade de instituição receptora (instituições cadastradas no Programa), pode acarretar em perda de alimento, ou seja, sobrar/estregar.

Diante desse tipo de episódio como foi relato, é que a coordenação do Programa tenta intervir, tendo em vista que o Programa não pode ter perda de alimentos, haja vista que o mesmo trabalha na percepção de não desperdício de alimentos, mas também,

[...] não posso só fazer a distribuição do alimento, existem outros critérios para a instituição ser inserida. [...] não posso abarrotar o Programa de instituições, pensando que elas só vão receber os alimentos. Se isso acontece fico com trabalho assistencialista. E as visitas? E as ações educativas? Então... a quantidade de técnicos que o Programa tem no presente momento, não suporta mais cadastramento. Não fazemos cadastramento só para distribuir alimentos. A instituição depois de inserida no Programa é acompanhada pelos técnicos (profissionais) e a quantidade em que nós estamos hoje não dá. Tenho que ser condizente ao meu trabalho, não dá para doar por doar (S2).

Através do relato nota-se que as exigências aparecem para os assistentes sociais por intermédio da coordenação do Programa, essa que precisa apresentar em forma números (metas), seu trabalho para o empregador. Nota-se que o coordenador sofre pressões e transfere para os profissionais da equipe (subordinados), porém o mesmo que transfere a pressão advinda do empregador às vezes não se reconhece como subordinado que ocupa a mesma condição de trabalhador.

Desse modo,

Esse processo de estranhamento do trabalho não se efetiva apenas no resultado-perda do objeto, mas abrange também o próprio ato de produção [...] o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz não se reconhece, mas se nega (ANTUNES, 2000, p. 127).

É de suma importância ressaltar que o coordenador, bem como assistente social, faz parte da classe trabalhadora. Porém, quando as exigências aparecem aos trabalhadores que ocupam cargos e/ou funções distintas, esses se estranham como pessoas que estão na mesma classe, na condição de assalariado (ANTUNES, 2000).

Quando surge a demanda para aumentar a quantidade de instituições cadastradas para recebimento sistemático (semanal) de alimentos, os assistentes sociais juntamente com as nutricionistas atendem a essa demanda.

O entrevistado, S2 diz que,

*Todas as ações devem ser planejadas, não tem como fazer visitas sem sistematizar um planejamento anterior a essa atividade. Aqui nós fazemos planejamento para todas as nossas atividades, o planejamento é indispensável as nossas atividades, e através dele podemos nos organizar em períodos como: período de ações educativas, períodos de visitas de cadastramento, visitas de monitoramento, período de estar no escritório para organização dos arquivos, bem como banco de dados, momento para estar junto com a equipe, para fazer acompanhamento aos **estagiários** e também junto com o colega de profissão, esse é de suma importância, pois é nesse momento que organizamos nossas atividades. O planejamento não esta limitado só nas atividades dos assistentes sociais envolvemos as nutricionistas, até porque, não posso avisa-la de uma visita institucional com um dia de antecedência, elas também possuem atividades que não fazem parte do nosso cotidiano.*

Acerca do que foi relato nota-se que a prática dos os assistentes sociais está totalmente relacionada com planejamento, e que esse profissional possui grande interesse em cadastrar as instituições no Programa, mas esse processo não pode ser realizado sem antes ter passado por planejamento até porque, Segundo lamamoto (2009), cabe aos assistentes sociais romper com qualquer tipo de burocracia que possa prejudicar o acesso do usuário a política pública.

Notou-se que antes mesmo do questionamento sobre planejamento S2 já relata sobre a relevância do mesmo no cotidiano profissional. Á vista disso, observou-se que todas as ações do Programa são planejadas, as demandas são atendidas, de acordo com planejamento da equipe.

No relato de S2, observou-se que o acompanhamento aos estagiários está presente na sistematização do planejamento, esse relato vai ao encontro com que Lamoto (2004) relata quando diz que,

[...] os componentes éticos que envolvem a exercício profissional, a pesquisa, o **planejamento** e administração em Serviço Social e o **estágio supervisionado**. Tais elementos encontram-se “amarrados” pela análise do Serviço Social e do processo de trabalho em que se insere (IAMAMOTTO, 2004, p. 72 grifo nosso.).

Entrevistado, S1 diz que,

[...] planejar é muito importante, até porque nosso trabalho aqui na equipe do serviço social que atualmente comportam dois assistentes sociais e duas estagiarias de serviço social, precisa estar em sintonia. O planejamento não é uma divisão de tarefas ne?? Mas através do planejamento vemos a importância em executar a atividade no prazo certo. Não que o planejamento seja só uma divisão de tarefas, mas para que possamos nos organizar nas atividades executadas.

Quanto à demanda do questionamento ao aumento de instituições cadastradas no Programa, os assistentes sociais depois de planejar suas ações entendem que,

[...] é a partir das demandas postas pelos sujeitos, sejam elas de caráter coletivo ou singular, que o Assistente Social, a partir da finalidade assumida como horizonte para suas ações, define tanto o objetivo como o caráter da ação a ser empreendida, localizando-a dentro dos limites e possibilidades colocadas pela natureza dos espaços sócios- ocupacionais (MIOTO; LIMA, 2009, p. 39).

Vale ratificar, que ações realizadas, são estudadas concomitante ao planejamento tendo em vista que para a concretização das ações, os profissionais da equipe do Programa verificam quais os recursos que serão necessários, para a efetivação das atividades planejadas. Entre os recursos necessários estão: humanos financeiros, materiais. As ações não são realizadas a parte, mesmo porque os profissionais devem atender demandas externas (das instituições cadastradas), e as demandas internas como já citado anteriormente. Segundo Baptista (2000), atender as demandas postas pelos empregadores e pela população atendida requer do profissional que tenha habilidade de mediar interesses opostos. Portanto, é de suma importância que o profissional conheça a política da instituição empregadora para que o mesmo venha a atender as demandas em consonância com sua autonomia.

Entende-se que o planejamento,

[...] é um processo que envolve a produção e organização e análise [dos dados de informação]. Trata-se na verdade, de um esforço crítico de natureza teórica, sobre a condição da prática profissional [...] A sistematização da prática profissional em serviço social é antes de tudo uma

estratégia que lhe recobra sua dimensão intelectual, posto que põe em marcha uma reflexão teórica, ou seja revitaliza e o atualiza [...] (ALMEIDA, 1997, p. 90).

Os assistentes sociais do Programa em seu cotidiano lidam de forma indireta com os empregadores, esses não possuem contato direto e nem tão pouco diário com os profissionais do Programa. As demandas advindas pelos empregadores são transmitidas aos assistentes sociais através da coordenação do Programa, essa recebe as demandas e delega aos respectivos profissionais. É importante destacar que a ausência de contato direto com o empregador não isenta o assistente social a ter conhecimento da política institucional.

Em entrevista foi perguntado aos assistentes sociais se eles identificam interesse comum e/ou opostos, entre empregador, usuários (instituição cadastrada), aos objetivos do trabalho realizado por eles.

Segundo S1, o assistente social possui autonomia, no que tange atividade desenvolvida por ele, o mesmo ainda relata que *“nunca presenciou situação contrária ao objetivo do serviço social. O nosso trabalho aqui é muito respeitado”* (S1).

Essa afirmação nos remete ao texto da Lamotto (2009), o qual aponta que os assistentes sociais, independente do seu local de atuação (esfera pública, ONGs, empresas privadas, etc), devem atuar com autonomia. Isso porque a profissão possui compromissos éticos ligados a valores e princípios da profissão.

Quanto o entrevistado S2, esse relata que já identificou interesses opostos. Isso aconteceu e acontece quando o Programa precisa de mais instituições cadastradas para receber os alimentos. E como já foi relatado anteriormente, o trabalho do serviço social não está pautado na mera distribuição de alimentos. Segundo S2, se a nossa prática fosse só distribuir os alimentos não teria necessidade de dois profissionais de serviço social no Programa, tendo em vista que só a mera distribuição colocaria o trabalho com formato assistencialista.

O entrevistado, S2 ainda diz que,

[...] o empregador nunca tentou intervir na minha autonomia profissional. Porém eu já presenciei situação em que gestores de instituições vão até o diretor daqui, para solicitar o cadastramento. O diretor até recebe, mas não solicita nada que esteja ao contrario das condicionalidades do cadastramento. Em todo tempo que estou aqui posso dizer que o diretor nunca chegou solicitando a inclusão de instituição no Programa. [...] o diretor compreende perfeitamente como funciona o nosso trabalho. Ele

nunca “bateu o martelo” aqui para agente atender a uma determinada instituição.

Através de tudo o foi analisado pela coleta de dados constatou-se que o trabalho realizado pelos assistentes sociais do PMBS não está somente à distribuição de alimentos. E que esses profissionais se reconhecem como sujeitos da classe trabalhadora, e que executam seu trabalho para além da distribuição de alimentos. Isso porque como relatamos esses profissionais possuem comprometimento com Lei que regulamenta da profissão em levar informações aos usuários do serviço prestados por eles.

Cabe ressaltar que o direito a alimentação é ressenente na Constituição Federal, e sendo assim poucas pessoas tem a informação. Sendo assim cabe a esses profissionais levar essa informação a todos que acessão o PMBS independente de ser um acesso direto ou indireto o objetivo estar em expandir a informação do direito a alimentação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado neste estudo conclui-se que, o Trabalho é essencialmente inerente ao ser humano. Pois através do trabalho o homem age criando meios para transformar a natureza em algo que possa atender a uma determinada necessidade humana. A transformação da natureza se dá através da ação humana que articula com meios/ força de trabalho para transformar a natureza/matéria prima em objeto de uso. E na medida em que o homem age na natureza ele vai se modificando, tanto pessoalmente como socialmente.

Essa capacidade de transformar a natureza em objeto de uso não pertence só à espécie humana, porém só o homem possui a capacidade de projetar em sua mente antes mesmo de executar o trabalho, e isso o torna diferente das outras espécies viventes. Tal capacidade é chamada teleológica.

Pois bem, desde os primórdios da vida humana exceto o homem primitivo como aqui já falamos, o trabalho veio adentrar no modo de produção capitalista e as finalidades do mesmo tem sido a exploração da força de trabalho, bem como a atender aos interesses do capital. Trata-se, porém de um processo gradativo, pois, embora, quase sempre tenha existido a relação dominado/dominador, é na sociedade capitalista que se expressa de forma cada vez mais intensa a relação capital/trabalho e a separação entre proprietário e produtor.

No passar dos longos anos, o capitalismo expandiu-se, aceleradamente e consigo trouxe e criou novas estratégias que pudessem reforçar a sua supremacia por meio da exploração da força de trabalho e domínio dos meios de produção. Destaca-se ainda que todos os direitos até a contemporaneidade conquistados foram através de intensas lutas advindas da classe trabalhadora, e mesmo com as conquistas os trabalhadores ainda não conseguem acessar seus direitos, isso porque o Estado se fragmenta cada vez mais.

Vimos que o Estado até criou legislações para que as conquistas fossem acessíveis de forma igualitária para a sociedade, porém através dos diversos autores aqui citados e dos estudos realizados constatou-se que os que mais precisam acessar os direitos muitas das vezes não acessa, isso porque muitos não se reconhecem como cidadãos que possuem direitos, e quando se reconhece muitos abrem mão por ser tão difícil e burocrático o caminho que os permite a acessar os direitos.

As criações de legislações são contraditórias quando paramos para refletir sobre a ação do Estado em meios às políticas públicas. Nota-se que o Estado pressionado pelas ações e movimentos advindos da classe trabalhadora, cria legislações para “atender” as demandas da sociedade, porém não basta criar legislações é necessário viabilizar mecanismos para que as legislações sejam acessíveis para todos.

E através do estudo realizado nesse trabalho verificou-se que o Estado vem se fragmentando constantemente e para além da fragmentação, o mesmo Estado que cria meios para que a sociedade acesse seus direitos, esse transfere a responsabilidade para pequenos grupos setoriais e celetistas.

No que tange a pesquisa realizada no campo de estágio com os sujeitos entrevistados, notou-se que o objetivo geral, bem como os objetivos específicos foi alcançado. Através da entrevista semi-estruturada tornou-se possível articular todo o material coletado com a referencial teórico.

A pesquisa de dados permitiu a compreender que os profissionais não realizam suas atividades somente de acordo com manuais de funções advindos do empregador, mas realizam seu trabalho de acordo com o que a profissão assim concomitante com Lei 8662/93 que rege a profissão.

Observou-se também que o trabalho interdisciplinar é de suma importância para o Programa, pois as visitas que são realizadas nas instituições atendidas pelo mesmo não dependem somente da visão do profissional de Serviço Social, mas de visões que possuem saberes diferenciado.

Notou-se que os profissionais atuam no cotidiano criando meios/instrumentos conforme as demandas, para realização da prática, bem como fazem uso da legislação vigente para se atualizarem.

Vale ressaltar que a pesquisa comprovou que todas as ações/atividades realizadas pela equipe do Programa e principalmente a dos assistentes sociais são todas planejadas, o que ficou claro que não tem possibilidade de exercer qualquer tipo de trabalho sem um planejamento anterior a execução.

Através da pesquisa percebe-se também que os profissionais possuem autonomia relativa quanto ao desenvolvimento do fazer profissional e que suas decisões são todas respeitadas, porém em alguns episódios como já citado são cobrados, quanto à quantidade de instituições cadastradas, o que caso a cobrança fosse acatada estaria contradizendo a autonomia relativa.

Mediante a pesquisa realizada, a partir do início da mesma notou-se que são poucas pesquisas e trabalhos realizados por parte do Serviço Social em torno da Segurança Alimentar e Nutricional, por isso é relevante que o estudo a cerca da temática seja intensificado.

A pesquisadora só teve acesso a Política de Segurança Alimentar e Nutricional somente pela inserção no campo de estágio, até então essa política era totalmente desconhecida para a acadêmica de Serviço Social.

REFERÊNCIA

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos, **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. BRASIL 2013.

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. A segurança Alimentar e Nutricional. In:_____. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**; a SAN e o DHAA. [S.I.]:

Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos. A segurança Alimentar e Nutricional. In:_____. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**; a SAN e o DHAA. [S.I.]: ABRANDH, [201-]. p. 4 -11.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “sistematização da prática” em serviço social. **Revista da faculdade de serviço social da UERJ**, n.10, 1997, p. 87-95. Disponível em:
<http://www.sbfa.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf> acesso em 12 out. 2015.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho**: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do Mundo do Trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAPTISTA, Myriam Veras. **Planejamento Social**: intencionalidade e instrumentação. 2. ed. São Paulo: Veras, 2010.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Fundamentos Éticos do Serviço Social. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais, CFESS/ABEPSS, Brasília, nov. 2009. p. 165-184.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BETTO, Frei. A Fome Como Questão Política. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.17, n. 48, p. 53-63, maio/ago 2003. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200005>. Acesso em: 05 de out. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 10 out. 2015.

BRASIL. Lei n.º 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito

humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm>. Acesso em: 04 Set. 2015.

BRASIL. **Lei Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Lei nº 11.947 (2009). CAMPOS, Gastão de Sousa et al. O Papel do serviço social em uma equipe interdisciplinar. **V Encontro de Iniciação científica**, v. 5, , p. 399-407 2007. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/view/2171/2348>> acesso em: 27 de out. de 2015.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. In:_____. **Código de ética do/a assistente social**. BRASIL. Lei 8.662/93 de regulamentação. Vitória: CRESS [201-]. p. 18-41.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a Assistência na Sociedade Brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula Faleiros. Confrontos teóricos do movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XII nº 24, 1987.

FERRÃO, R.G. **Metodologia científica para iniciantes em Pesquisa**. Linhares, ES. Unilinhaires/Incaper, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projeto de pesquisas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e Fordismo**. 1. ed. São Paulo: Hedra, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Mediação e Instrumentalidade no trabalho do assistente social**. p. 1-16, [20--].

Disponível em: <http://www.cedeps.com.br/wp-content/uploads/2009/06/Yolanda-Guerra.pdf>>. Acesso em 25 de out. de 2015.

Guerra, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília, CFESS/ABEPSS, nov. 2009. p. 341-375.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O Serviço Social na transição para o próximo milênio: desafios e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 57, p. 185-239, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

_____, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, 21. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MINAYO, Maria Célia de Souza. **O Desafio do conhecimento**. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; LIMA, Cristiane Sasso. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social em foco: sistematização de um processo investigativo. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 22- 48, jan./jun. 2009.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano XXVI, n. 84, p. 05-19, nov. 2005.

_____, José Paulo ; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: Uma introdução crítica. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PINHEIRO, A.R.O.; CARVALHO, M.F.C.C. Transformando o problema da fome em questão alimentar e nutricional: uma crônica desigualdade social. **Revista ciência e saúde coletiva**, v. 15, n. 1, p.121-130, jan. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2015.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**, Brasília, CFESS/ABEPSS, nov. 2009. p. 377-391.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em serviço Social**: utopia e realidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SESC - Serviço Social do Comércio. **Manual de Implantação do Programa Mesa Brasil**. Rio de Janeiro: SESC-DN, 2003.

_____. 2015. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br/mesabrasil/historico.html>> acesso em: 27 de out. de 2015.

_____. **Manual do colaborador**. Administração regional do Estado do Espírito Santo. 2009/2010.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A prática do serviço do Serviço Social: Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde.** 6 ed. São Paulo : Cortez ,200

VALENTE, F.L.S. et. al Curso formação em direito humano à alimentação adequada. In: **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, ABRANDH, 2007. p. 202-220.

VERGARA, Sylvia Constante. **Projetos e relatórios de pesquisas em administração.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais,** Brasília: CFESS/ABEPSS, nov. 2009. p. 125-141.

_____, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais,** Brasília, CFESS/ABEPSS, nov. 2009. p. 143-163.

APÊNDICE 1 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado para participar como voluntário de uma pesquisa sobre a atuação do assistente social no Programa mesa Brasil SESC. Sua participação constitui-se numa colaboração, mas não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar o seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição e não acarretará custos para você.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Trabalho de Conclusão de Curso: Reflexões sobre o Processo de Trabalho do Serviço Social no Programa Mesa Brasil SESC.

Pesquisador Responsável: Luciléia Maria Ferreira Magdinier

A pesquisa a ser realizada faz parte da graduação em Serviço Social e tem como objetivo: Compreender e analisar os o trabalho do assistente social no contexto do enfrentamento à fome e a implementação das políticas públicas e parcerias com o setor privado na promoção da segurança alimentar.

Busca-se ainda discutir, analisar e conhecer as ações desenvolvidas pelo assistente social visando a efetivação do trabalho desenvolvido pelo SESC.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em fornecer depoimentos sobre como é percebido e trabalhado pelo assistente social o assunto em estudo. A citada entrevista será elaborada pela pesquisadora, acadêmica de Serviço Social. Os depoimentos poderão ser gravados; falados à pesquisadora e escritos por ela; ou então escritos por você e entregues à pesquisadora, conforme preferir. O material gravado será apagado logo após sua transcrição, mantendo a privacidade do sujeito da pesquisa.

Não existem eventuais riscos ou benefícios diretos à sua pessoa relacionados à sua participação nesta pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais, assegurando o sigilo sobre sua participação e privacidade. Os dados obtidos serão divulgados de forma que não possibilite sua identificação. A pesquisa será convertida em um Trabalho de

Conclusão de Curso, onde não constará o nome dos sujeitos colaboradores da pesquisa, preservando seu anonimato.

Você receberá uma cópia deste Termo onde, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto de pesquisa e sua participação em qualquer momento de realização da pesquisa.

Luciléia Maria Ferreira Magdinier

Eu, _____ declaro que li e compreendi por completo as informações por escrito que constam neste documento e as explicações que me foram fornecidas. Fui informado que sou livre para escolher concordar em participar ou me recusar da referida pesquisa. Declaro estar ciente e esclarecido dos objetivos, metodologia, riscos/benefícios, garantia de sigilo e liberdade para desistir de participar e colaborar com a pesquisa em qualquer etapa da mesma, sem danos para a minha pessoa. Nestes termos, concordo em participar deste estudo.

APÊNDICE 2 - Roteiro de entrevista semi-estruturado

- 1- Na sua percepção qual o papel do serviço social no Programa Mesa Brasil?
- 2- Existem estratégias dos assistentes sociais para acessar esse público, essa população? Se sim quais? Estratégias?
- 3- Quais instrumentos utilizados pelos assistentes sociais?
- 4- Qual arcabouço teórico que você utiliza como referencial na sua atuação? Existe uma teoria própria para os assistentes sociais do Mesa?
- 5- Qual o posicionamento da equipe do PMB com o trabalho interdisciplinar que existe aqui?
- 6- E quanto ao empregador? Existe alguma influência no trabalho interdisciplinar?
- 7- As intervenções do serviço social são planejadas?
- 8- Você identifica algum interesse comum ou oposto, entre instituição, usuários ou até mesmo do empregador com e os objetivos dos assistentes sociais?